



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – JORNALISMO

Um olhar benjaminiano sobre João do Rio
O trabalho e o consumo na modernidade carioca

Marcus Vinicius Pereira Meneghetti

Porto Alegre

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

Um olhar benjaminiano sobre João do Rio

O trabalho e o consumo na modernidade carioca

Marcus Vinicius Pereira Meneghetti

Monografia apresentada à Faculdade de
Biblioteconomia e Comunicação da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel em Comunicação
Social, habilitação Jornalismo.

Orientador: Prof^º Antônio Marcos Vieira Sanseverino

Porto Alegre
2013

RESUMO

Este estudo visa analisar as relações de trabalho e os hábitos de consumo – dentro dum contexto de modernização da capital federal, Rio de Janeiro, durante os anos 1900 – a partir das crônicas do jornalista e escritor João do Rio, compiladas na obra *A Alma Encantadora das Ruas*. Utilizando o método benjaminiano, no qual se faz uma revisão histórica através do olhar de um escritor que viveu o período que se quer estudar, esta pesquisa analisa o impacto social do trabalho e do consumo na capital federal do início do século XX, quando a sociedade se dividira em dois mundos: o Rio oficial, moderno, europeizado, elitizado; e o Rio informal, arcaico, mulato, empobrecido. Esses dois universos estavam em constante contato: as relações de trabalho aproximavam esses dois mundos, enquanto os hábitos de consumo os afastavam.

Palavras-chave: João do Rio; Benjamin; Modernidade; Trabalho; Consumo

SUMÁRIO

1. Introdução.....	6
1.1. Metodologia.....	8
1.2. Justificativa.....	10
1.3. Roteiro.....	11
2. A modernidade fora do lugar	12
2.1 A reforma urbana de Paris e a reforma do Rio.....	19
3. João do Rio: uma perspectiva do narrador	26
3.1. A influência das fisiologias	30
3.2 A influência da <i>flânerie francesa</i>	33
3.3. A influência do naturalismo <i>art nouveau</i>	36
3.4 A influência de Oscar Wilde	39
4. O trabalho no Rio de Janeiro: o Rio oficial e o Rio informal.....	42
5. O consumo e os limites da modernidade.....	57
6. Considerações finais	63
Referências bibliográficas	68

1. Introdução

O carioca João do Rio foi um jornalista, cronista e escritor, cujo trabalho atingiu o ápice ao longo das décadas de 1900 e 1910. Assistiu e escreveu sobre um período de grandes transformações, sobretudo, no Rio de Janeiro, então capital federal: a consolidação do regime republicano no Brasil, a reforma urbana no Rio, a europeização dos costumes brasileiros, a vida literária da época. Como homem de imprensa, contribuiu com diversos veículos, entre eles os jornais *Gazeta de Notícias* e *A Tribuna* e a revista *Kosmos*. Num momento em que o jornalismo se profissionalizava, adotando o modelo empresarial norte-americano, o autor foi um dos primeiros a encarar com profissionalismo o trabalho de jornalista.

Seu nome de batismo era João Paulo Alberto Coelho Barreto. Filho do professor de mecânica e astronomia do Colégio Pedro II, o dr. Alfredo Coelho Barreto, e da dona Florência Cristóvão dos Santos Barreto, nasceu no dia 5 de agosto de 1881, perto do Campo de Santana, à rua do Hospício, atual rua Buenos Aires. Entretanto, Raul Antelo escreve que João do Rio,

que não era filho deles, mas de Oscar Wilde, nasceu, entretanto, quando Paulo Barreto tinha 22 anos, a 26 de novembro de 1903, na página 1 da *Gazeta de Notícias*, interrompendo uma série de crônicas intitulada 'A Cidade', a maioria delas anônimas, além de não assinadas. (ANTELO, 2008, p. 9)

Por certo, o escritor inglês teve uma influência grande sobre o cronista carioca. João do Rio traduziu as primeiras obras de Wilde no Brasil: entre elas, *Salomé* (publicada em 1908) e *O Retrato de Dorian Gray* (1911). Inspirado no autor dessas obras, adotou um estilo chamativo para a sua pessoa: meio dândi, meio cínico, irônico, provocativo, com trajes caros e extravagantes, e comportamento meio *snob*, meio *blasé*. Num ensaio intitulado *João do Rio: cronista da belle époque carioca*, Antônio Sanseverino aponta que o escritor, “mulato, homossexual, gordo, procurava ressaltar seus traços para que o público da época o conhecesse, transformando os preconceitos racial, sexual e de moda em uma caricatura de si. Ele não escondia seus traços definidores, mas os destacava com intensidade.”

João do Rio tinha uma forte relação com a cidade, de modo que escreveu um grande número de crônicas sobre o que enxergava nas ruas, nos bulevares, nos becos,

nas vielas, nos morros, nos cortiços, no porto. O conjunto do seu trabalho como cronista apresenta um painel bastante amplo dos personagens, profissionais, boêmios, artistas, maltrapilhos, viciados, prostitutas, jogadores, presidiários, comerciantes... que habitavam o Rio de Janeiro do início do século XX. Tudo o que acontecia na capital era assunto para seus textos. O interesse pelo espetáculo das ruas vinha da identificação com a figura do *flâneur*, o vagabundo que caminha a esmo pela urbe, assistindo e refletindo sobre os acontecimentos do cotidiano.

Embora também tenha escrito peças de teatro e contos, este estudo vai se ater a uma compilação de crônicas denominada *A Alma Encantadora das Ruas* (editada em livro em 1908). Trata-se de uma obra que reúne textos que o autor publicou entre 1904 e 1907, na *Gazeta de Notícias* e na *Kosmos*. A temática desses escritos gira em torno da população pobre do Rio de Janeiro, num momento em que a cidade estava sendo modernizada, através de um plano ambicioso de reforma urbana, formulado pelo prefeito Pereira Passos – foi o famoso *Bota Abaixo!*. Ao mesmo tempo, era implantada a reforma sanitária na capital federal, comandada pelo medido sanitarista Oswaldo Cruz; o país se abria para o capital estrangeiro, sobretudo, inglês e norte-americano; a sociedade carioca começava a adotar hábitos e costumes europeus, principalmente, parisienses;

Entretanto, o Rio de Janeiro moderno – na época, a maior cidade do país, contando quase um milhão de habitantes – era erguido em cima de bases pouco sólidas. Não havia, no Brasil, as condições materiais necessárias para sustentar as transformações que acompanharam a modernidade nos países da Europa: aqui, o nível de industrialização ainda era muito baixo, o comércio pouco desenvolvido, a base da economia, fundamentada na agricultura de exportação. Uma das conseqüências dessa situação era a proliferação de uma legião de desempregados nas grandes cidades. Na capital federal, para se ter uma idéia, mais da metade da população trabalhava em subempregos ou não tinha ocupação. Afinal, com a abolição da escravidão, muitos ex-escravos migraram para a cidade, mas, chegando lá, não acharam trabalho, pois, as metrópoles nacionais não tinham condições sócio-econômicas para absorver aquela mão-de-obra.

Assim, depois da reforma urbana de Pereira Passos, a capital federal ficou dividida em dois mundos antagônicos: de um lado, o Rio oficial, moderno, europeizado, onde a elite dava vazão ao sonho de ser Europa; de outro, o Rio informal, atrasado, colonial, onde os pobres se viravam como podiam para sobreviver. Contudo, esses dois universos conviviam, embora nem sempre de maneira pacífica. Este estudo visa estudar a interação entre esses dois mundos, analisando tanto os momentos que estabelecem uma relação conflituosa, quanto os momentos que estabelecem uma relação de auxílio mútuo. Esses pontos de contato se cristalizam respectivamente nas relações trabalho e nos hábitos de consumo. Dessa forma, pretendo estudar o *trabalho* e o *consumo*, a partir da abordagem que João do Rio deu a esses dois tópicos nas crônicas da *Alma Encantadora das Ruas*.

Ademais, esses dois itens – trabalho e consumo – estão situados no cerne da modernidade. As mudanças ocasionadas na era moderna são consequência direta ou indireta das transformações no modo de produção, o que envolve a tecnologia industrial, o trabalho assalariado racionalizado e, fechando o ciclo econômico, o consumo crescente dos bens produzidos. Essas características econômicas formam a base que sustentou as demais transformações da modernidade: todos os países desenvolvidos da segunda metade do século XIX sofreram reformulações parecidas no modo de produção, trabalho e consumo. Os países que não tiveram essas transformações materiais – como o Brasil – modernizaram-se de maneira incompleta, diversa e distorcida. Nesta pesquisa, o estudo do trabalho e do consumo procura esclarecer alguns aspectos da precariedade da modernidade brasileira, bem como suas contradições.

1.1. Metodologia

Uma vez que este estudo trabalha na confluência entre uma perspectiva de revisão histórica e de crítica literária, a método escolhido foi o de Walter Benjamin, no qual é possível reconstituir um período histórico através do ponto de vista dum escritor exemplar, que viveu o período que se pretende visitar. O maior exemplo de aplicação desse método é o estudo de Benjamin sobre a *Paris do Segundo Império em Baudelaire*.

Benjamin trabalha, o tempo todo, com um enfoque variável em relação ao “seu” autor, ora se identificando com ele, ora se distanciando. Essa

“superposição” da metrópole e de um eu exemplar, e o permanente deslocamento do olhar (do crítico para o poeta, para outros autores ou diversos caracteres sociais) são procedimentos que permitem ao ensaísta-históriógrafo ora mergulhar nos “sonhos do século XIX”, ora despertar deles para a Modernidade do século XX. (BOLLE, 1996, p. 60)

Assim, depois de fixado o recorte espaço-temporal, que neste trabalho se concentra na década de 1900 no Rio de Janeiro, capital do Brasil, a análise segue um movimento de dentro para fora do recorte estabelecido. Tal análise é possível quando o pesquisador acompanha o olhar que o autor exemplar lançou sobre sua época, seja partilhando dos sonhos e ilusões dos seus contemporâneos, seja criticando aspectos da sociedade em que vivia, seja emitindo opiniões sobre acontecimentos que presenciou. Nesse sentido, João do Rio, especialmente na *Alma Encantadora das Ruas*, apresenta uma perspectiva exemplar do seu tempo.

O cronista era um entusiasta da modernização da capital e da europeização dos costumes, sendo ele próprio o introdutor de modismos estrangeiros na sociedade carioca, sendo ele próprio uma figura inspirada em tendências européias, sendo inclusive sua escrita influenciada principalmente por autores franceses e ingleses. Ao mesmo tempo, também via com forte senso crítico as mazelas cometidas em nome da modernidade brasileira, bem como as mazelas perpetuadas desde o período colonial que se estenderam República adentro. Esses aspectos ambivalentes, muitas vezes contraditórios, se intercalam nas crônicas da obra que será esmiuçada, o que, sob o prisma do método bejaminiano, revela tanto a complexidade daquele período histórico quanto uma vasta gama de possibilidades analíticas. Assim, o trabalho do estudioso ora será desfazer certas idéias, pensamentos ou imagens que encobriam uma relação mais profunda da sociedade; ora levar adiante as observações do autor sob uma perspectiva crítica.

No entanto, tanto num quanto noutro, a análise deve se concentrar nas condições materiais que circunscrevem o objeto de estudo. Benjamin, como é sabido, era filiado ao que ficou conhecido como Escola de Frankfurt, que reunia um grupo de intelectuais de tradição marxista. Assim, é natural que o método desenvolvido por ele se atenha aos aspectos sócio-econômicos da sociedade. Neste estudo, também foi desenvolvida uma análise materialista do problema apresentado.

Por fim, é importante mencionar que o método Benjamin pressupõe sempre uma interface com o tempo presente. O próprio estudo do intelectual alemão sobre a Paris do Segundo Império, bem como seu estudo sobre a *Origem do Drama Barroco Alemão*, foi desencadeado quando ele presenciou os horrores do nazismo na Alemanha, chegando inclusive a ser perseguido. Esses dois trabalhos foram uma tentativa de entender quais os fatores que permitiram que o regime nazista se desenvolvesse no seu país de origem.

O estudo da obra de João do Rio também possibilita essa interface com o presente...

1.2 Justificativa

O estudo da modernidade brasileira, através da *Alma Encantadora das Ruas*, dialoga com a situação do Brasil de hoje. Essa interface fica clara quando se percebe que a miséria do início da República Velha se perpetua até hoje; que a maioria dos negros continua sendo a principal vítima das injustiças sociais; que o desenvolvimento dos fatores sócio-econômicos do país, embora tenha havido avanços, continuam parciais; que milhões de brasileiros ainda sobrevivem aos trancos e barrancos em subempregos; e principalmente que, na véspera do país sediar um evento internacional como a Copa do Mundo, as reformas urbanas se proliferam por diversas capitais dos estados que compõe a União.

Tais reformas têm sido viabilizadas por uma truculência parecida com aquela promovida por Pereira Passos, guardadas as devidas proporções, claro. Contudo, os princípios que movem as obras da Copa são os mesmos: o melhoramento da aparência das cidades, a fim de agradar e atrair os estrangeiros; o usufruto das benesses geradas por essas obras faraônicas, como já se sabe, custarão mais caro do que as classes pobres podem pagar, o que sugere que serão usufruídas novamente pela elite e pela classe média; muitas dessas pessoas marginalizadas estão sendo desalojadas das suas casas para viabilizar as obras para o evento da Fifa; e assim por diante.

Desse modo, esta pesquisa, em torno da modernidade e da reurbanização do Rio de Janeiro no início do século XX, pode ser reveladora dos riscos que corremos, das conseqüências duma empreitada como essa, e do que está em jogo nesses processos. Esmiuçando a origem de processos como o da modernidade, da Regeneração, da

europização, das relações de trabalho, dos hábitos de consumo... pode-se trazer à tona grandes aprendizados sobre alguns acontecimentos que se desenrolam no presente – embora, na maioria das vezes, sejam incapazes de evitar tais acontecimentos.

Ademais, parece pouco estudada a obra de João do Rio sob a perspectiva que este trabalho se propõe: o estudo da *Alma Encantadora das Ruas*, focando nas relações de trabalho e hábitos de consumo, num esforço de revisão histórica e crítica literária, segundo o método de Benjamin. Embora haja outros trabalhos que também abordam a obra joãoriodeana pela metodologia benjaminiana, durante a pesquisa, não me deparei com nenhum estudo sobre essas questões centrais da modernidade: trabalho e consumo.

A pesquisa que mais se aproximou do enfoque aqui proposto foi o ensaio *A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio*, de Nicolau Sevcenko. Neste texto, Sevcenko se aproxima da abordagem metodológica deste estudo: a partir do olhar de dois autores exemplares – Machado de Assis e João do Rio – o historiador revisa a história da vida privada dos habitantes do Rio de Janeiro do início do Século XX, focando em como as novas tecnologias alteraram o cotidiano das pessoas.

1.3. Roteiro

A estrutura argumentativa deste estudo se divide em quatro partes: *A modernidade fora do lugar* (item 2); *João do Rio: uma perspectiva do narrador* (item 3); *O trabalho no Rio de Janeiro: o Rio oficial e o Rio informal* (item 4) e *O consumo e os limites da modernidade* (item 5).

No item 2, busco reconstituir as origens da modernidade no mundo para, depois, remontar o caminho que tomou até chegar ao Brasil. Em seguida, o esforço analítico acontece no sentido de indicar como as ideias modernas foram apropriadas de maneira diversa no país, apontando quais foram as principais consequências no Brasil. Trata-se, no fundo, de um capítulo dedicado a contextualização teórica materialista, calcada nas condições socioeconômicas que propiciaram o surgimento e a propagação do fenômeno da modernidade.

No item 3, pretendo demonstrar como a intelectualidade carioca, inclusive João do Rio, sofria uma pesada influência da cultura europeia – notadamente da parisiense.

Em seguida, em grande medida como consequência da admiração por Paris, aponto quatro referências que formam o olhar do narrador das crônicas joãoriodeanas – narrador que coincide com o próprio autor. São elas: a *flânerie* e as fisiologias parisienses, o naturalismo *art nouveau* e Oscar Wilde. Esclarecendo as influências do cronista, espero explicar, pelo menos em parte, o olhar do narrador que frequentemente distorce o que vê.

No item 4, uma vez delineado os contornos da modernidade brasileira, uma vez apontado algumas influências de João do Rio, dedico-me a investigar as relações de trabalho no Rio de Janeiro modernizado. O objetivo é esclarecer como o trabalho aproximou duas classes antagônicas (a grosso modo, pobres e ricos) ao redor do ímpeto modernizador. Tudo isso, a partir das observações do cronista carioca.

Por último, no item 5, o estudo se volta para os hábitos de consumo e sua consequência social entre a população da capital: o consumo servia como fator de distinção entre o Rio elitizado e o Rio empobrecido. Novamente, a análise parte dos apontamentos do escritor.

2. A modernidade fora do lugar

Pela segunda metade do século XIX, a Europa e Estados Unidos da América (EUA) passaram por uma série de transformações industriais, econômicas, sociais e culturais – processo conhecido como Revolução Científico-Tecnológica (SEVCENKO, 2009). Os países europeus mais avançados e EUA desenvolviam novas matrizes energéticas – principalmente petróleo e eletricidade. Naturalmente, os modos de produção se transformaram junto com as novas tecnologias: a produtividade aumentava vertiginosamente à medida que as fábricas incorporavam o novo maquinário, à medida que adotavam o sistema de trabalho seriado, à medida que os novos meios de transporte facilitavam o escoamento da produção. Os avanços científicos eram aplicados na indústria química, na área da saúde, higiene, saneamento básico, telecomunicações, transporte, alimentos e outras áreas. Não obstante, os produtos inovadores superaram os limites dos parques industriais, chegando à vida do cidadão comum – sobretudo ao habitante da grande metrópole (SEVCENKO 2009). A lista de novidades é infinda: veículos automotores, aviões, telégrafo, telefone, iluminação elétrica, utensílios

eletrodomésticos, fotografia, cinema, radiodifusão, seringa hipodérmica, anestesia, penicilina, processos de pasteurização e esterilização, galerias de esgoto subterrâneo, vasos sanitários com descarga automática, papel higiênico, escova de dente, dentífrico, sabão em pó, refrigerantes, fogão a gás, refrigerador, comidas enlatadas, etc.

Do ponto de vista social, o modo de produção industrial contribuiu muito para que as sociedades européias se configurassem em classes, onde, num extremo, existiam os proprietários do capital, no outro, uma multidão de proletários que vendiam sua força de trabalho para os donos das fábricas. O surgimento das metrópoles, habitadas por milhões de pessoas, também se deve muito à nova fase do capitalismo que impulsionava a Revolução Científico-Tecnológica, afinal, um número imenso de pessoas migrou para as cidades, atraídas pelos empregos no segundo setor.

De fato, a Revolução Científico-Tecnológica instituiu um encadeamento entre as novas tecnologias e, por conta da escalada na atividade produtiva, enormes movimentações populacionais, especialmente para as áreas urbanas que polarizam o processo. É o que desencadeia o fenômeno da metropolização na sua magnitude contemporânea. (SEVCENKO, 2009, p. 522).

O modo de vida dos cidadãos das grandes cidades também foi alterado, seguindo o fluxo de mercadorias que inundavam o mercado, pegando carona nos velozes meios de transporte, se apressando para cumprir as jornadas de trabalho nas fábricas, gastando o salário no consumo das novas mercadorias. Nesse sentido, como aponta o historiador Nicolau Sevcenko, a modernidade foi um processo que, além das transformações materiais da economia, alterou o cotidiano de cada indivíduo:

E não era só uma questão da variedade de novos equipamentos, produtos e processos que entravam para o cotidiano, mas o mais perturbador era o ritmo que essas inovações invadiam o dia-a-dia das pessoas, principalmente no contexto desse outro fenômeno derivado da revolução, as grandes metrópoles modernas. (...) a Revolução Científico-tecnológica se faz sentir na sua plenitude, alterando tanto os hábitos e costumes cotidianos quanto o ritmo e intensidade dos transportes, comunicações e trabalho. É já o “mundo moderno” no qual vivemos. Embora estejamos vivendo hoje um momento ainda mais intensamente marcado pela saturação tecnológica, podemos perceber que é dentro dessa configuração histórica “moderna”, definida a partir da passagem do século, que encontramos a nossa identidade. (SEVCENKO, 2009, p. 11-12)

Contudo, a produtividade das indústrias dos países desenvolvidos aumentou tanto que a oferta de mercadorias superou a demanda do consumo interno. Um dos efeitos dessa situação foi que os países subdesenvolvidos, cujo principal papel no

mercado global era fornecer matéria-prima para o segundo setor europeu e estadunidense, se tornaram consumidores do excedente produtivo daqueles países.

Uma outra característica marcante da Revolução Científico-Tecnológica é o impulso extraordinário que ela deu para a consolidação da unidade global do mercado capitalista [...] o novo salto produtivo gerou gigantescos complexos industriais, com equipamentos sofisticados e de grande escala, como as turbinas elétricas e as usinas siderúrgicas, envolvendo em cada unidade até dezenas de milhares de trabalhadores. Essa prodigiosa escalada da produção obviamente tanto implicava uma corrida voraz pela disputa das matérias-primas disponíveis em todas as partes do mundo, como também exigia a abertura de um amplo universo de novos mercados de consumo para absorver seus excedentes maciços. Foi essa ampliação das demandas e das exportações que gerou o fenômeno conhecido como neocolonialismo ou imperialismo, que levou as potências industriais, na segunda metade do século XIX, a disputar e dividir entre si as áreas ainda não colonizadas do globo ou a restabelecer vínculos de dependência estreitos com áreas de passado colonial. (SEVCENKO, 2009, p. 10)

O Brasil não foi exceção. Enquanto as nações do norte entravam na modernidade na mesma medida que consolidavam o capitalismo liberal, na segunda metade do século XIX, o Brasil ainda era um país monarquista, com mão-de-obra escrava, latifúndios enormes e indústria pífia. Tais características inviabilizavam a inserção do país na modernidade, no capitalismo calcado no segundo setor. A alternativa mais viável era a inserção brasileira no mercado global como fornecedor de matéria-prima e consumidor de manufaturados.

A escravidão talvez fosse o maior entrave para que o Brasil acompanhasse as mudanças trazidas junto com a modernidade, o que torna relevante a elucidação dos efeitos do regime escravocrata na configuração da sociedade brasileira. Roberto Schwarz (2010, p.16), ao eleger a escravidão como elemento-chave para entender a sociedade brasileira da segunda metade do século XIX, indica que a vigência da mão-de-obra escrava fez surgir basicamente três classes de população: latifundiários, escravos e “homens livres.”

Entre os primeiros dois, a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande. O agregado é a sua caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também a outra, a dos grandes. (...) Assim, com mil formas e nomes, o favor afetou e atravessou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base [escravidão], esta assegurada pela força. (SCHWARZ, 2010, p. 16)

Nas mais variadas esferas da vida brasileira, “o favor foi a nossa mediação quase universal” (SCHWARZ, 2010, p.16), seja através da indicação para um cargo público, seja através da proteção de um poderoso ao pequeno proprietário, seja através do apadrinhamento político, seja através do financiamento de uma obra literária, seja através das relações entre os fidalgos da Corte. Schwarz enxerga no personagem José Dias, que figura em *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, a caricatura do “homem livre.” O personagem, que não possui bens, vive de favor na casa de D. Glória, que, em última instância, sustenta o agregado.

A sociedade do favor, baseada na economia escravocrata, naturalmente se chocava contra as idéias liberais européias, que, aliás, já circulavam entre a elite brasileira e os “homens livres”. Valores como a liberdade de trabalho, igualdade perante a lei, universalismo eram evocadas com freqüência nos discursos de políticos brasileiros (inclusive, como aponta Schwarz, entre os defensores da escravidão).

Era inevitável a presença entre nós do raciocínio burguês – a propriedade do lucro e seus corolários sociais – uma vez que dominava no mercado internacional, para onde nossa economia era voltada. (...) Além do que, havíamos feito a Independência há pouco, em nome de idéias inglesas, francesas e americanas, variadamente liberais, que assim faziam parte da nossa identidade nacional. (SCHWARZ, 2010, p.13)

Mas, aqui no Brasil, as idéias liberais tinham um sentido diverso em relação ao contexto dos países desenvolvidos. Lá, o ideário burguês acompanhou o desenvolvimento dos modos de produção, a edificação do Estado moderno, as transformações na sociedade, a radicalização do capitalismo. Entretanto, naqueles países, os ideais originados no Iluminismo se tornaram o que Marx denominou de ideologia – um conjunto de ideias professadas pela classe dominante para dissimular a relação exploratória dos donos do capital sobre a classe operária. Nas palavras de Schwarz (2010), lá, essas idéias “correspondiam às aparências, encobrendo o essencial – a exploração do trabalho.” Mas, no Brasil, elas não faziam muito sentido, pois se referiam a uma realidade que não existia aqui. Não serviam sequer para esconder a exploração do trabalho operário, porque esse tipo de exploração não se estabelecera plenamente aqui. No Brasil, a mediação entre as classes sociais não se dava através da compra e venda da força de trabalho, mas, sim, através da concessão de favores. De qualquer forma, a circulação das idéias liberais na esfera pública brasileira não deixava

de indicar com maior ênfase o atraso do Brasil no que diz respeito às questões políticas, sociais e econômicas.

Então, se as idéias burguesas não correspondiam à realidade brasileira, nem tinham função ideológica aqui, por que tais idéias eram professadas pela nossa elite? Ora, uma vez que a nossa realidade não se aproximava da européia, a defesa das idéias liberais foi a maneira que a elite brasileira encontrou para se sentir parte do mundo civilizado – principalmente do europeu (SCHWARZ, 2010, P.18). Aqui, essas idéias não pretendiam explicar, transformar ou mesmo manter o *status quo* da sociedade capitalista. Para a elite brasileira, essas idéias eram algo como um artigo de luxo que atestavam a participação no mundo civilizado da Europa. Nas palavras de SCHWARZ,

nela [a elite brasileira], as idéias da burguesia – cuja grandeza sóbria remonta ao espírito público e racionalista da Ilustração – tomam função de ornato e marca de fidalguia: atestam e festejam a participação numa esfera augusta, no caso a da Europa, que se industrializa. (SCHWARZ, 2010, p.19)

A escravidão só foi extinta em 1888. A República só foi proclamada no ano seguinte. E, de certa maneira, esses dois fatos foram uma resposta ao liberalismo que forçava a porta da economia tupiniquim, seja através das mercadorias que entravam pelos portos, seja através da pressão política de países desenvolvidos. Países como a Inglaterra, por exemplo, tinham interesse que o Brasil adotasse a mão-de-obra assalariada para que se consolidasse como mercado consumidor dos seus produtos. Prova disso foi o decreto *Bill Aberdeen*, em 1845, através do qual o governo britânico autorizava sua marinha a interceptar, prender ou afundar navios negreiros, mesmo que se encontrassem na costa brasileira.

Ademais, no contexto do capitalismo moderno, o trabalho escravo começava a limitar a expansão do lucro nos grandes latifúndios brasileiros, pois, “sendo uma propriedade, um escravo pode ser vendido, mas não despedido. O trabalhador livre dá mais liberdade a seu patrão, além de imobilizar menos capital. Este aspecto – um entre muitos – indica o limite que a escravatura impunha à racionalização do trabalho.” (SCHWARZ, 2000, P.14)

O efeito mais imediato da abolição da escravidão foi a migração de um contingente de ex-escravos para as cidades – sobretudo o Rio de Janeiro, então, capital federal. Essas pessoas engrossavam a multidão de desocupados pobres nas principais

idades brasileiras, afinal de contas, o país não tinha condições de absorver essa mão-de-obra: não havia indústria para empregar tanta gente, não havia escolas públicas para qualificá-los para o mercado, não havia sequer moradia digna para tantas pessoas, como aconteceu no Rio de Janeiro, onde “agravaram-se muito os problemas de habitação tanto em termos de quantidade quanto de qualidade” (MURILO DE CARVALHO, 2009, P. 18).

Com o aumento dos “homens livres”, somado com a falta de condições sócio-econômicas para integrar essas pessoas à sociedade, o Brasil continuou sendo terreno fértil para a reprodução das relações de favores. Nem mesmo a Proclamação da República, que prometia ao povo a participação política, foi capaz de abalar as relações de favor. Ao invés disso, a República se tornou palco para o exercício do favor, através do apadrinhamento político, clientelismo, favorecimento na indicação para cargos públicos, etc.

Neste contexto, não surpreende que a vida literária brasileira também tenha se beneficiado com a prática dos favores. Brito Broca (1960) apresenta um grande número de casos em que escritores foram favorecidos por membros da elite. Aluísio Azevedo, vivendo na pobreza, antes de passar num concurso para a carreira consular em 1896, tentou um favor para ingressar no funcionalismo público:

A 25 de novembro de 1884 endereçara ele [Aluísio Azevedo] uma carta aflitiva a Afonso Celso, seu confrade de letras e deputado prestigioso, pedindo-lhe um emprego público, como um náufrago em busca de uma tábua de salvação. “Seja lá o que for – diz o romancista – tudo serve” (BRITO BROCA, 1960, p. 14)

No começo da República, o ministro do Exterior, Barão do Rio Branco, desenvolveu uma política de valorização da cultura nacional. Para tanto, usou seu poder para incluir diversos escritores e intelectuais no quadro de funcionários do Itamaraty:

Domício da Gama foi, por excelência, criatura de Rio Branco; Graça Aranha tudo devia a [Joaquim] Nabuco e a Rio Branco; Rui Barbosa e Nabuco tiveram com Rio Branco oportunidade para maiores êxitos. [...]

No Itamaraty, possuíam cargos de assistência jurídica e *intelectual*, Lafaiete, Rui Barbosa, Clóvis Bevilacqua, José Veríssimo, Heráclito Graça. Aluísio Azevedo, desfavorecido injustamente pelo presidente Prudente de Moraes, pôde, afinal, graças ao Barão, ser efetivado à carreira consular. (BRITO BROCA, 1960, p. 155)

Os exemplos de favorecimento aos homens de letras são muitos. Mas vale a pena citar ainda o caso de Euclides da Cunha, que sonhava em realizar uma expedição à Amazônia. Ele não dispunha de dinheiro para financiar tal empreitada, de modo que, por intermédio de Domício da Gama, recorreu à boa vontade do Barão do Rio Branco. Rio Branco, por sua vez, atendeu ao pedido do autor de *Os Sertões*, nomeando o escritor chefe de uma expedição do governo brasileiro à região do Purus, localizada na mata fechada do Acre. (BRITO BROCA, 1960, p. 155-156)

Mesmo com a abolição da escravatura e com a Proclamação da República, o Brasil continuou sem as condições materiais para se modernizar. As relações de favores continuaram sendo a “mediação quase universal” na sociedade brasileira. As idéias européias continuavam sendo distorcidas, esvaziadas ou mesmo cafetinadas para legitimar a política do favor. José Murilo de Carvalho menciona a apropriação esdrúxula do ideário europeu na política brasileira nos primórdios da República.

misturavam-se, sem muita preocupação lógica ou substantiva, várias correntes do pensamento europeu. Algumas delas, já tinham sido incorporadas durante o Império, como o liberalismo e o positivismo; outras foram impulsionadas, como o socialismo; outras foram somente então importadas, como o anarquismo. (MURILO DE CARVALHO, 2009, p. 24)

Além disso, nos primeiros anos da República, há outros aspectos econômicos que merecem ser abordados. O novo regime contemplava o anseio da elite cafeeira – que enriquecera exportando café principalmente para Estados Unidos e Europa – de exercer diretamente o poder político. Quando chega lá, essa elite toma algumas medidas que, numa tentativa apressada de promover a modernização do Brasil, produziram fortes efeitos na economia e na sociedade brasileira.

Não era de surpreender que uma das primeiras medidas adotadas fosse uma completa abertura da economia aos capitais estrangeiros, sobretudo ingleses e norte-americanos, a permissão para bancos privados emitirem moedas, uma nova lei liberal das sociedades anônimas e a criação de um moderno mercado de ações, centrado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. A idéia das novas elites era promover uma industrialização imediata e a modernização do país “a todo custo”. Os resultados foram dois, um fluxo inédito de capitais ingleses e americanos no país e a mais escandalosa fraude especulativa de todos os tempos no mercado de ações, chamada singelamente de “Encilhamento” [...] Era a entrada triunfal do Brasil na modernidade. (SEVCENKO, 2009, p. 14).

Entretanto, o plano não saiu como o esperado. Em vez de industrializar o país, criou-se uma febre especulativa que afetou diversas camadas sociais. Murilo de

Carvalho analisou os efeitos da política do Encilhamento na sociedade da capital federal, o Rio de Janeiro:

Concedido o direito de emitir [moeda] a vários bancos, a praça do rio de janeiro foi inundada de dinheiro sem nenhum lastro, seguindo-se a febre especulativa [...] Segundo um jornal da época, “todos jogaram, o negociante, o médico, o jurista, o funcionário público, o corretor, o zangão; com pouco pecúlio próprio, com muito pecúlio alheio, com as diferenças do ágio, e quase todos com a caução dos próprios instrumentos do jogo.” Falta acrescentar à lista de especuladores, os fazendeiros do estado do Rio de Janeiro, que afluíram à capital para jogar na especulação o dinheiro dos empréstimos. Os anos de 1890 e 1891 foram de loucura, segundo a expressão de um observador estrangeiro, o qual acrescenta ter havido corretores que obtinham lucros de 50 a 100 contos e que uma oscilação de câmbio fazia e desfazia milionários. [...]

As conseqüências não se fizeram esperar. Desde logo, houve enorme encarecimento dos produtos importados devido ao aumento da demanda e ao consumo conspícuo dos novos ricos. A seguir, a inflação generalizada e a duplicação dos preços já em 1892. Ao mesmo tempo, começou a queda do câmbio, encarecendo ainda mais os produtos de importação, que na época abrangiam quase tudo. [...] Por cima, o governo aumentou os impostos de importação e começou a cobrá-los em ouro, o que contribuiu ainda mais para o agravamento do custo de vida. (MURILO DE CARVALHO, 2009, p. 20)

Além de indicar a apropriação distorcida de idéias modernas, a política econômica do início da República agravou as condições materiais desfavoráveis à modernidade. Assim, como pretendo demonstrar mais adiante, mesmo na República, mesmo com a abolição da escravidão, o Brasil continuou empregando o ideário burguês de maneira distorcida. E, naturalmente os literatos brasileiros não passaram imunes a esse processo: de um lado, reproduziam idéias distorcidas; de outro, captavam em suas obras as contradições que decorrem das idéias fora do lugar.

2.1 A reforma urbana de Paris e a reforma do Rio

Principalmente a partir da segunda metade do século XIX, Paris tornou-se o símbolo da modernidade. A metrópole parisiense ditava a moda, a arte e as referências culturais para o resto do mundo. A efervescência cultural da *belle époque* só foi possível graças às condições materiais surgidas com o avanço do capitalismo liberal e a propagação da ideologia burguesa naquele país. A capital francesa abrigava milhões de habitantes, complexos industriais gigantescos, comércio bem desenvolvido, alto padrão de consumo, imprensa consolidada nos moldes empresariais, meios de transporte cada vez mais rápidos, novos meios de comunicação, exposições com as novidades tecnológicas... enfim, uma economia capitalista em ritmo cada vez mais frenético.

Por outro lado, até a metade do século, a cidade ainda tinha muitas ruas estreitas, ruelas sem pavimentação, moradias precárias localizadas na região central, onde viviam principalmente trabalhadores pobres. Foi nesse cenário urbano que ocorreram as revoltas liberais de 1830 e 1848, quando milhares de trabalhadores, apoiados pela burguesia industrial, formaram barricadas nas ruas, reivindicando empregos, participação na política e melhores condições de vida. As manifestações culminaram na queda do rei Luís Filipe e na proclamação da Segunda República, que elegeu Luís Napoleão Bonaparte (sobrinho do mítico imperador) como presidente. Em 1851, Bonaparte sobrinho articulou o golpe de Estado que o tornou imperador do Segundo Império. De qualquer forma, o êxito das revoltas de 1848 se deveu muito à arquitetura de Paris, onde as ruas pequenas favoreciam a construção de barricadas por parte dos revoltosos.

Temendo novas revoltas, Napoleão III (nome adotado ao recém nomeado imperador Luís Napoleão Bonaparte) nomeou o Barão de Haussman para comandar a prefeitura de Paris. Haussman planejou e executou uma reforma urbana sem precedentes na capital francesa, dando à urbe os contornos que tem até hoje. Nessa reforma, foram implantados bondes elétricos, iluminação pública elétrica, ruas largas, casarões velhos onde funcionavam pensões baratas foram demolidos. No auge do processo, “os trabalhos de Haussman tinham chegado ao ponto culminante; bairros inteiros eram destruídos”. (BENJAMIN, 1997, p. 84).

A reforma urbana de Haussman pode ser entendida em dois níveis: um essencialmente ideológico, outro essencialmente político-militar. A justificativa oficial para a reforma teve ampla adesão da sociedade a partir da década de 1850. O relato dum contemporâneo, Maxime Du Camp, é bastante ilustrativo:

Depois de 1848, Paris estava ameaçada de se tornar inabitável. A constante expansão da rede ferroviária... acelerava o trânsito e o crescimento populacional da cidade. As pessoas sufocavam nas antigas ruelas estreitas, sujas e tortuosas, nas quais ficavam encurraladas, pois não viam saída. (DU CAMP, 1886, apud BENJAMIN, 1997, p. 85)

A versão do governo, bem como o da elite que o apoiava, sobretudo a burguesia industrial, afirmava que a reformulação de Paris, além de embelezar a cidade, era necessária para atender as demandas do novo modo de vida que emergia junto com o

capitalismo liberal. Tratava-se de adaptar a cidade ao ritmo do cotidiano moderno, que surgia acompanhando a crescente industrialização, a circulação de automóveis, trens, bondes elétricos, as telecomunicações, a lógica liberal burguesa, o consumo conspicuo... enfim, a modernidade. Esta era a ideologia que justificava a reforma, porém, não explicava totalmente as motivações daquela empreitada. A reforma também visava algo mais essencial. Walter Benjamin tentou entender como se disseminou a ideologia haussmaniana entre o povo de Paris.

No início da década de 1850, a população começou a aceitar a idéia de uma grande e inevitável expurgação da imagem urbana. Pode-se supor que, durante seu período de incubação, fosse capaz de agir sobre uma fantasia significativa com tanta força, se não mais, quanto o espetáculo dos próprios trabalhos urbanísticos. “Os poetas são mais inspirados pelas imagens do que pela presença dos próprios objetos”, diz Joubert. O mesmo é válido para os artistas. Aquilo que sabemos que, em breve, não teremos diante de nós se torna imagem. Provavelmente isso aconteceu com as ruas de Paris daquele tempo. De qualquer jeito, a obra cuja conexão subterrânea com a grande revolução de Paris é indubitável ficou pronta alguns anos antes de esta ser empreendida. (BENJAMIN, 1997, p. 85)

Mais do que propor um hipótese sobre como a imagem da nova Paris entrou nos lares e mentes da população, disseminando a idéia de que era necessário reformar a cidade, Benjamin indica o motivo político-militar que desencadeou as obras na cidade: o temor de que revoltas como a de 1830 e 1848 se repetissem no futuro. Por isso, os espaços públicos foram alargados, configurando lugares amplos e abertos, onde se tornava difícil a formação de barricadas revolucionárias, onde se tornava mais eficiente a repressão desses movimentos. A arquitetura da nova Paris foi pensada nesse sentido, para manter a estabilidade política e econômica – o que era do maior interesse de Napoleão III e da burguesia industrial. Dessa forma, o capitalismo liberal pôde se desenvolver rapidamente a partir, principalmente, da década de 1870, quando a reforma urbana foi concluída; quando a Paris reformulada se mostrou exitosa no sufocamento de manifestações – a repressão da Comuna de Paris foi talvez o maior exemplo.

O engenheiro urbanista Pereira Passos – nomeado prefeito da capital do Brasil, Rio de Janeiro, entre 1902 e 1906, pelo presidente Rodrigues Alves – acompanhou os trabalhos do Barão de Haussman em Paris. Inspirado na reforma da capital francesa, Pereira Passos conduziu a reformulação urbana do Rio de Janeiro, que aconteceu de 1903 a 1906, reconstruindo especialmente o Centro e a zona portuária. A reurbanização da capital federal fazia parte duma política nacional de melhoramento da imagem do

Brasil frente ao resto do mundo, o que só foi possível graças à estabilidade política imposta violentamente pelo General Floriano Peixoto (1891-1894); e graças à relativa estabilidade econômica conquistada pelo presidente Campos Sales (1898-1902), que implantou o controle da circulação de moeda e conseguiu a estabilização da dívida externa. De qualquer forma, a reforma urbana do Rio teve um sentido diferente da parisiense, como observa Brito Broca:

[...] o prefeito Pereira Passos tornou-se o Barão de Haussmann do Rio de Janeiro, modernizando a velha cidade colonial de ruas estreitas e tortuosas. Com uma diferença: Haussmann remodelou Paris, tendo em vista fins político-militares, dando aos bulevares um traçado estratégico, a fim de evitar as barricadas das revoluções liberais de 1830 e 1848; enquanto os planos de Pereira Passos se orientavam pelos fins exclusivamente progressistas de emprestar ao Rio uma fisionomia parisiense, um aspecto de cidade moderna. (1960, p. 3)

Tal análise aponta a principal motivação da reforma urbana da capital da República. E, mais do que isso, indica novamente a apropriação distorcida de idéias européias. Em Paris, o discurso que prometia o embelezamento e a melhora da infraestrutura da cidade atuou como ideologia para mascarar a repressão às manifestações políticas do povo. Essas manifestações políticas, por sua vez, já eram fruto da exploração do trabalho inerente à primeira fase do capitalismo industrial. Por outro lado, aqui, tratava-se, acima de tudo, de dar uma aparência moderna à cidade para que a elite brasileira se sentisse parte do mundo europeu, para que a farsa das suas idéias liberais tivesse um cenário adequado.

Mas, para construir o cenário moderno, era necessário se livrar de tudo o que indicava o atraso do país. Isso incluía os prédios velhos, as ruas estreitas, a vida boêmia, parte da população, as epidemias, etc. O governo de Pereira Passos não hesitou em usar da violência para abrir caminho para a reurbanização. Toda a agressão desencadeada em nome da reforma foi viabilizada – e até legitimada – por dois fatores. Primeiro, Rodrigues Alves concedeu poderes ilimitados – inclusive imunidade judicial – ao prefeito Pereira Passos bem como para seus assistentes, o engenheiro Lauro Muller e o médico sanitarista Oswaldo Cruz (SEVCENKO, 2009, p. 23). O prefeito comandaria a reforma no Centro, Muller, a reforma do Porto e Cruz, a reforma sanitária. Além disso, a imprensa e a publicidade incentivaram a reforma – direta ou indiretamente. A maioria dos jornais da época apoiou o projeto de Pereira Passos. Daí, surgiram as máximas do

“bota abaixo” ou “Rio, civiliza-te.” Já a publicidade agiu indiretamente, por assim dizer, afinal, ela divulgava produtos que representavam o moderno modo de vida europeu – principalmente o parisiense. O uso de produtos modernos sugeria comportamentos modernos que, por sua vez, exigia uma cidade moderna. Por exemplo, os trajes em voga em Paris, quando adotados aqui, careciam de um *boulevard* para que os transeuntes os exibissem.

Assim, a regeneração transcorreu agressivamente, atingindo fortemente a população pobre. Afinal, para a elite, essas pessoas representavam o passado colonial que deveria ser esquecido, em prol da modernidade, em prol da construção de uma imagem atrativa aos outros países. Vejamos os meandros das obras de reurbanização da cidade, pois, dessa forma, poderemos avaliar melhor as conseqüências da modernidade fora do lugar na sociedade brasileira.

Na virada do século XIX para o XX, o Rio de Janeiro acumulava quase um milhão de habitantes. A reforma urbana atingiu principalmente os pobres.

A maioria [da população do Rio de Janeiro] era de negros remanescentes de escravos, ex-escravos, libertos e seus descendentes, acrescidos dos contingentes que haviam chegado recentemente, quando após a abolição da escravidão grandes levas de ex-escravos migraram das decadentes fazendas de café do Vale do Paraíba, em busca de novas oportunidades nas funções ligadas sobretudo às atividades portuárias da cidade. (SEVCENO, 2009, p. 21)

Havia ainda uma legião de imigrantes estrangeiros, principalmente portugueses, e os imigrantes de outras regiões do Brasil. Segundo o censo de 1890, os estrangeiros correspondiam a 28,7% dos habitantes da cidade, enquanto os imigrantes brasileiros correspondiam a 26%. (MURILO DE CARVALHO, 2009, p. 17). De qualquer forma, o destino dessas pessoas costumava ser o mesmo: viver em condições precárias, trabalhar em subempregos ou exercer atividades ilícitas que lhe garantissem a sobrevivência. Entre 1890 e 1906, cerca de 50% da população economicamente ativa trabalhava em empregos mal remunerados (serviços domésticos, jornaleiros, etc.) ou trabalhavam em ocupações mal definidas ou simplesmente não tinham trabalho. (MURILO DE CARVALHO, 2009, p. 75-76). Mais especificamente,

Eram ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha e de navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, tapeiros, criados, serventes de repartições públicas, ratoeiros, recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptadores, pivetes (a palavra já

existia). E, é claro, a figura tipicamente carioca do capoeira, cuja fama já se espalhara por todo o país e cujo número foi calculado em torno de 20 mil às vésperas da República. Morando, agindo e trabalhando, na maior parte, das ruas centrais da Cidade Velha, tais pessoas eram as que mais compareciam às estatísticas criminais da época, especialmente as referentes às contravenções desordem, vadiagem, embriaguês e jogo. Em 1890, essas contravenções eram responsáveis por 60% das prisões de pessoas recolhidas à Casa de Detenção (MURILO DE CARVALHO, 2009, p. 18)

Essa gente são os personagens que figuram n’*A Alma Encantadora das Ruas*, de João do Rio. Eram pessoas que moravam em condições precárias, em geral, em casarões antigos degradados, em péssimas condições sanitárias, em ambientes superlotados, violentos e promíscuos.

Essa população, extremamente pobre, se concentrava em antigos casarões do início do século XIX, localizados no centro da cidade, ao redor do porto. Esses casarões haviam se degradado em razão mesmo da grande concentração populacional naquele perímetro e tinham sido redivididos em pequenos cubículos onde viviam famílias inteiras em condições de extrema precariedade, sem recursos de infra-estrutura e na mais deprimente promiscuidade. Para as autoridades, eles significavam uma ameaça permanente à ordem, à segurança e à mobilidade públicas. (SEVCENKO, 2009, p. 21)

Além disso, em meio ao cenário caótico onde viviam, havia ainda outros problemas decorrentes das péssimas condições sanitárias – como as epidemias.

Num momento de intensa demanda por capitais, técnicos e imigrantes europeus, a cidade deveria operar como um atrativo para os estrangeiros. Mas, ao contrário, ela era acometida por uma série de epidemias que assolavam e vitimavam sua população, e eram ainda mais vorazes com os estrangeiros, que não dispunham dos anticorpos desenvolvidos ao longo do tempo pela população local. O Rio apresentava focos permanentes de difteria, tuberculose, malária, febre amarela, que todo verão se espalhava pela cidade feito uma maldição. Por isso, a cidade tinha, desde o século XIX, a indesejável reputação de “túmulo do estrangeiro”. (SEVCENKO, 2009, p. 22)

E, por fim, havia ainda o problema do Porto, que se era um entrave para a economia da época, baseada na exportação de café e na importação de manufaturados.

O Rio de Janeiro era o principal porto de exportação e importação do país e o terceiro em importância no continente americano, depois de Nova York e Buenos Aires (...) Além disso, tinha a questão do porto, o principal do Brasil. As instalações portuárias eram obsoletas ao ponto de tornar impraticável o volume crescente das suas transações comerciais. Os antigos cais tinham pouca profundidade e não permitiam que as grandes embarcações e os modernos transatlânticos os abordassem diretamente, devendo permanecer ancorados à distância e transferir suas mercadorias por um complexo sistema de transbordo por embarcações menores, ao mesmo tempo, precário, lento e extremamente oneroso. Ademais, quando chegavam a terra firme, as mercadorias teriam que atravessar a cidade para chegar às linhas de trem que

as remeteriam para outros pontos do território nacional, o que não era menos complicado numa cidade cuja estrutura viária ainda provinha em grande parte do período colonial, toda composta de vielas tortuosas, onde fatalmente os caminhões precisariam fazer complicadas manobras de recuo toda vez que se deparassem com veículos de tração animal, visto que não haveria espaço para ambos no vão apertado das múltiplas vielas. (SEVCENKO, 2009, p 22)

Assim, os engenheiros Pereira Passos e Lauro Muller e o médico Oswaldo Cruz concentraram forças no centro do Rio de Janeiro, onde morava o grosso da população pobre.

Como era de se esperar, os três se voltaram contra os casarões da área central, que carregavam o grosso da população pobre. Porque eles cerceavam o acesso ao porto, porque comprometiam a segurança sanitária, porque bloqueavam o livre fluxo indispensável numa cidade moderna. Iniciou-se então a demolição, que a grande imprensa saudou denominando-a com simpatia de “regeneração”. Para os atingidos pelo ato era a ditadura do “bota-abaixo”, já que não estava previstos nenhum tipo de indenização para os despejados e suas famílias, nem se tomou qualquer providência para realocá-los. Na inexistência de alternativas, essa multidão juntou restos de madeiras dos caixotes de mercadorias descartados no porto e se puseram a montar com eles toscos barracões nas encostas íngremes dos morros que cercavam a cidade, cobrindo-os com folhas-de-flanders de latões de querosene desdobrados. Era a disseminação das favelas. (SEVCENKO, 2009, p. 23)

O surgimento das favelas foi um dos efeitos colaterais da modernidade à brasileira. Houve outros, como a Revolta da Vacina. Muitos desses efeitos colaterais aparecem nos textos de João do Rio e, posteriormente, alguns deles serão estudados neste trabalho. Mas, por enquanto, basta mencionar que o Rio de Janeiro ganhou novos contornos: “foi inaugurada a larga e espaçosa Avenida Central (hoje, Avenida Rio Branco), com décor arquitetônico *art nouveau*, em mármore e cristal, cominando com os modernos lampiões elétricos e as luzes das vitrines das lojas de artigos finos importados.” (SEVCENKO, 2009, p. 26). O novo Centro tornou-se o palco para que a elite e cidadãos socialmente respeitados encenassem a modernidade brasileira.

As revistas mundanas e os colunistas sociais da grande imprensa incitavam a população afluenta ao desfile de modas na grande passarela da Avenida, os rapazes no rigor smart dos trajes ingleses, as damas exibindo as últimas extravagâncias dos tecidos, cortes e chapéus franceses. A atmosfera cosmopolita que desceu sobre a cidade renovada era tal que, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, as pessoas ao se cruzarem no grande bulevar não se cumprimentavam mais à brasileira, mas repetiam uns aos outros: “Vive la France!” (...) o carnaval não seria mais o do entrudo, dos blocos, das máscaras e dos sambas populares, mas os dos corsos de carros abertos, das batalhas de flores e dos pierrôs e colombinas, bem-comportados, típicos do carnaval de Veneza, tal como era imitado em Paris. (SEVCENKO, 2009, p. 26-27)

No Brasil daquela época, a modernidade foi usufruída por uma parcela relativamente pequena da sociedade e não superou o nível da aparência. A cidade parecia moderna, mas, na verdade, não era. Mesmo morando nos morros, a metade pobre da população continuava subempregada ou desempregada. A industrialização do país andava a passos lentos, o que dificultava a absorção da mão-de-obra desocupada. O clientelismo continuava ferindo os direitos políticos dos cidadãos. Enfim, a herança do passado colonial ainda formava a estrutura sócio-econômica do país – coisa que a elite não conseguia ver (ou não queria ver), pois, estava com o olhar voltado para a Europa. Com o pensamento lá em Paris, adotávamos aquilo que, na França, foi consequência do capitalismo liberal e do ideário burguês: o consumo rápido, o gosto por artigos de luxo, a moda, as festas extravagantes, o comportamento moderno, etc. Novamente, é imprescindível mencionar que os literatos brasileiros também foram afetados por essa atmosfera eurocêntrica, com consequências na literatura que se fazia aqui. João do Rio não foi exceção.

3. João do Rio: uma perspectiva do narrador

Depois da reforma urbana, a paisagem do Rio de Janeiro reproduzia a arquitetura de Paris. A sociedade carioca – exceto os pobres – adotava o comportamento e a moda da moderna capital francesa, enquanto os antigos habitantes do centro eram, muitas vezes, impedidos de circular pela parte nova da cidade. A imprensa incentivava o exercício dos hábitos europeus, como o esnobismo no passeio público, o jeito *blasé*, a ostentação de artigos de luxo. A publicidade oferecia um vasto sortilégio de produtos importados, como roupas em moda no Velho Continente, sapatos e ternos ingleses, vestidos e chapéus franceses, peças de decoração para a casa, manufaturados de toda espécie, sabonete, refrigerantes, automóveis, etc. No mesmo movimento de europeização da cultura e do comportamento, os escritores e poetas brasileiros eram amplamente influenciados pela atmosfera literária de Paris, sendo comum aos nossos literatos viajar periodicamente para aquela metrópole.

Muita gente manifestava [...] a paixão por Paris. E as viagens se multiplicavam, o câmbio favorável, as companhias de navegação oferecendo facilidades para escritores e jornalistas, os jornais por sua vez muito interessados em ter correspondentes na Europa. É assim um ir e vir contínuo de gente que chega com novos hábitos, falando francês a qualquer propósito.

Os que não podem viver em Paris, nutrem pelo menos um sonho: a glória de lá morrer. (BRITO BROCA, 1960, p. 92-93)

De um modo geral, os intelectuais também concordavam que “o chique mesmo era ignorar o Brasil e delirar por Paris, numa atitude afetada e nem sempre inteligente.” (BRITO BROCA, 1960, p. 92). Deste modo, vestiam-se, comportavam-se e, acima de tudo, escreviam como se fossem artistas parisienses. Muitos movimentos literários surgiram no Brasil, numa tentativa de imitar as escolas francesas – por exemplo, o parnasianismo e o simbolismo. Brito Broca nos oferece uma série de exemplos de escritores brasileiros fascinados por Paris:

Na Revista da Semana de 5 de agosto de 1916, em plena guerra, encontramos a reprodução deste telegrama de Paulo de Gardênia, autor do romance *Leticia* [...]: “Paris, 2 – cheguei. Dormi pela primeira vez no meu berço. Sinto-me um recém-nascido. Vou aprender a falar. Resolvi batizar-me na Madalena. Todas as *nourrices* de Luxemburgo se oferecem para me criar.” O telegrama é acompanhado deste comentário feito pela revista: “Que lhe atire a primeira pedra ou o primeiro sorriso o brasileiro que, ao chegar a Paris pela primeira vez, não sentiu a mesma emoção.”

E o que dizer do verdadeiro histerismo com que Tomás Lopes se refere a Paris, numa carta de 16 de novembro de 1911 a Coelho Neto: “... eu amo Paris como um parisiense, amo essa cidade maravilhosa com paixão, com respeito, com fúria, com volúpia, com ternura, com amor divino e amor profano.” (BRITO BROCA, 1960, p. 92)

Talvez o caso mais notório fosse o de Olavo Bilac, que era considerado o maior poeta do país. Desde 1891, Bilac viaja anualmente para Paris.

[Olavo Bilac] Fizera a primeira viagem como correspondente da *Cidade do Rio*. De Paris escreve a Max Fleuiss, aludindo ao Brasil como a uma “Confraria Portuguesa”, que a generosidade dos povos insiste em chamar país civilizado [...] Ao regressar dessa viagem, Bilac se mostra tão *dépaysé* no ambiente brasileiro, que chegou a Artur Azevedo este comentário no *Correio do Povo*: “O nosso poeta está seriamente intoxicado – dizia o cronista, noticiando-lhe o regresso – ingeriu pantagruélicas doses de ‘parisina’ a famosa bebida que falava Chares Nodier, e agora não há volta dar-lhe. Se ficar aqui a passear, entre o Beco das Canelas e a Rua da Vala, morre da pior das nostalgias, a nostalgia de Paris.” (BRITO BROCA, 1960, p. 93)

O itinerário de Paris é feito por quase todos os escritores da época: Luiz Edmundo, Padre Severiano de Resende, Nestor Vítor, Gilberto Amado, Theo Filho, Coelho Neto. (BRITO BROCA, 1960, p. 93).

Contudo, havia exceções, como Euclides da Cunha e Lima Barreto, críticos severos do afrancesamento das Letras brasileiras, em detrimento dos temas nacionais.

João do Rio era um caso paradoxal. Ao mesmo tempo que viajava para a Europa, vestia-se como um *snob* inglês e comportava-se como um dândi, cobrava que os brasileiros descobrissem seu próprio país.

Numa crônica do livro *Cinematógrafo*, intitulada “Quando o Brasileiro Descobrir o Brasil”, João do Rio protestava contra nossa ignorância das coisas nativas, enquanto estávamos sempre prontos para falar com perfeito reconhecimento da realidade européia, vício que era até certo ponto o do próprio cronista. (BRITO BROCA, 1960, p. 92)

De fato, João do Rio foi um dos poucos autores que escreveu sobre as mazelas da realidade do Rio de Janeiro daquela época. As crônicas da *Alma Encantadora das Ruas* apresentam o cotidiano dos pobres, viciados, subempregados, malandros, mendigos, presidiários, prostitutas... enfim, os excluídos da modernidade carioca. E o interesse pelas vítimas do progresso brasileiro vinha de antes, desde a compilação de crônicas *As Religiões do Rio* (publicado em livro em 1904), no qual o jornalista descreve as práticas religiosas pagãs que ocorriam no antigo Centro. Aliás, essa obra se tornou um registro importante das atividades dos terreiros cariocas, pois, depois da reurbanização, as religiões pagãs – sobretudo, as de matriz africana – foram reprimidas com violência.

Por outro lado, João do Rio se destacou no cenário carioca afrancesado, usufruindo da nova cidade com entusiasmo. Ele se dedicou como poucos às coisas mundanas importadas da Europa, como a moda, o comportamento, a decoração, aos artigos de luxo. Ele próprio era uma figura extravagante: vestia-se como dândi, com roupas espalhafatosas, tecido refinado, cores radiantes; calculava seus gestos ao estilo *blasé* e *snob*; exibia atitudes de desprezo ao gosto burguês; introduzia modismos estrangeiros aqui no Brasil. Aliás, esse estilo se difundiu aqui, em grande medida, por causa dele. Brito Broca defende que o contato com a obra de Oscar Wilde influenciou João do Rio, mais na composição do seu estilo extravagante do que na sua obra:

Pelas citações e traduções do autor do *Cinematógrafo*, o romancista de *Dorian Gray* entra em moda na literatura brasileira. Além de *Salomé*, João do Rio traduziu *Intenções* e o *Retrato de Dorian Gray*, trabalhos apressados, mas nos quais se percebe a nota de brilho e o colorido que o cronista punha em tudo quanto escrevia. No entanto, a influência de Wilde, no caso, se manifestou antes no tipo requintado, aristocrático, displicente, meio cínico, que ele compôs procurando, até certo ponto, irritar, chocar, escandalizar o meio carioca do 1900, assim como o autor de *Dorian Gray* o fizera na Londres vitoriana. (1960, p. 111)

De fato, a influência da obra e da figura wildiana norteava as aparições de João do Rio na sociedade carioca, apesar de que isso não quer dizer que seus escritos não tenham sofrido influência de Wilde. Tal influência emerge em diversas crônicas da *Alma Encantadora*, se manifestando através principalmente da aversão ao gosto artístico burguês.

Além do wildismo, há outras três influências do cronista que merecem destaque: a das fisiologias francesas, a do naturalismo e a da *flânerie* francesa. De uma forma ou de outra, essas quatro influências já aparecem no texto de abertura da *Alma Encantadora das Ruas – A Rua*, apresentado originalmente como conferência e, depois, em 29 de outubro de 1905, publicado na Gazeta de Notícias.

Neste escrito, os elementos que influíram na escrita do cronista – e no próprio cronista – se fundem na figura tipicamente francesa do *flâneur*, a qual João do Rio se identifica a qual dedica algumas páginas para explicar ao leitor do que se trata:

Flanar é ser vagabundo e refletir, é ser basbaque e comentar, ter o vírus da observação aliado ao da vadiagem. Flanar é ir por aí, de manhã, de dia, de noite, se meter nas rodas da população, admirar o menino da gaitinha ali à esquina, seguir com os meninos o lutador do cassino vestido de turco, gozar nas praças os ajuntamentos defronte das lanternas mágicas, conversar com os cantores de modinha (...) Flanar é vagabundagem? Talvez. Flanar é a distinção de perambular com inteligência. Nada como o inútil para ser artístico. Daí o desocupado flâneur ter sempre na mente dez mil coisas necessárias, imprescindíveis, que podem ficar eternamente adiadas. (2008, p.31)

Mais do que definir o seu “ofício”, o autor sentencia que flanar é indispensável para entender a rua:

Para compreender a psicologia das ruas, não basta gozar-lhe as delícias como se goza a luz do sol ou o lirismo do luar. É preciso ter espírito vagabundo, cheio de curiosidades malsãs, e os nervos com um perpétuo desejo incompreensível, é preciso ser aquele que chamamos de *flâneur* e praticar o mais interessante dos esportes – a arte de flanar. (DO RIO, 2008, p. 31)

Uma vez que o cronista se reconhece como *flâneur* e, não obstante, revela que só conhece a alma das ruas porque flana, é plausível afirmar que a *flânerie* joãoriodeana é um elemento-chave para entender sua obra. É o olhar do flânador João do Rio que vai definir o resultado final das crônicas compiladas na *Alma Encantadora das Ruas*. É o ato de flanar que vai despertar o interesse pela diversidade de lugares, situações, grupos, personagens: flanando, o cronista chega às ruelas tortuosas, aos cortiços, às favelas, à

periferia, aos morros, aos locais onde a miséria carioca foi confinada. Assim, nos próximos tópicos, pretendo analisar os elementos que influenciaram o *flâneur* João do Rio: a influência de Oscar Wilde, a influência do naturalismo e, principalmente, a influência das fisiologias e da *flânerie* parisienses. Dessa forma, creio que será possível construir uma perspectiva do narrador das crônicas.

2.1. A Influência das Fisiologias

Para entender o *flâneur* João do Rio, se faz necessário abordar outras influências presentes na *Alma Encantadora das Ruas*: a referência naturalista, a referência das fisiologias francesas e a referência wildiana.

A influência dos livros de fisiologias fica evidente logo no início do texto de abertura – *A Rua* – onde o cronista afirma que as ruas têm alma, personalidade e comportamentos específicos. Mas no que consistem as fisiologias? A origem das fisiologias vem das fisionomias:

A “fisiognomia” é uma técnica de leitura da cultura e da sociedade que remonta a uma tradição fundamentada por Johann Caspar Lavater (1741-1801), com seus *Fragmentos Fisiognômicos*. Vivendo o choque entre o surgimento da grande cidade contemporânea e a cultura tradicional do campo, o autor suíço-alemão procurou elaborar um *vademecum* para quem se aventurasse adentro das grandes cidades, no sentido de poder detectar o caráter dos transeuntes anônimos a partir da leitura dos seus traços exteriores. Apesar dos pressupostos um tanto ingênuos, a obra de Lavater suscitou interesse pelo seu valor empírico, influenciando a criminalística, a antropologia, a psicologia social, e alguns dos escritores mais lúcidos da Modernidade, entre eles, Edgar A. Poe, Baudelaire, os surrealistas e Benjamin. Dificilmente, uma história do cotidiano da Modernidade poderá prescindir das descobertas desses fisiognomistas urbanos que, perseguindo rastros e detalhes “aparentemente irrelevantes”, desmascaram feições e feitos da modernidade, inscrevendo-se entre os grandes detetives da história. (BOLLE, 1994, p. 18-19)

Se levarmos em conta que, no Brasil, na virada do século XIX para o XX, as principais referências literárias vinham de Paris, é plausível pensar que João do Rio teve influência das fisiologias através dos autores parisienses. Benjamin lembra que, por volta dos anos 1840, esse gênero se tornou uma febre na capital da França. Só no ano de 1841, foram publicadas 76 novos livros deste tipo. (BENJAMIN, 1997, p.34). O historiador alemão explica a forma que essas obras, publicadas primeiramente como folhetins de jornais, depois como livros de bolso, tomaram na metrópole francesa:

Esses livros consistem em esboços que, por assim dizer, imitam, com seu estilo anedótico, o primeiro plano plástico e, com seu fundo informativo, o segundo plano largo e extenso dos panoramas. [...] Ocupavam-se da descrição dos tipos encontrados por quem visita a feira. Desde o vendedor ambulante do bulevar até o elegante no foyer da ópera, não havia nenhuma figura da vida parisiense que o “fisiólogo” não tivesse retratado. O momento áureo do gênero acontece no início dos anos 1840. [...]

Depois de se terem dedicado aos tipos urbanos, chega a vez de se consagrarem à cidade. Aparecem *Paris à noite*, *Paris à Mesa*, *Paris na Água*, *Paris à Cavallo*, *Paris Pitoresca*, *Paris Casada*. Quando também esse filão se esgotou, os fisiologistas se arriscaram na fisiologia dos povos. (BENJAMIN, 1997, p. 33-34)

Ora, João do Rio descreve justamente os costumes e o cotidiano dos habitantes, transeuntes, trabalhadores e até moradores das ruas; descreve o espírito, a personalidade e o comportamento das vias cariocas. Na abertura da *Alma Encantadora*, “Há ruas honestas, ruas ambíguas, ruas sinistras, ruas nobres, delicadas, trágicas, depravadas, puras, infames (...) ruas guerreiras, revoltosas, medrosas, spleenéticas, *snoobs*, ruas aristocráticas, ruas amorosas, ruas covardes.” (DO RIO, 2008, p. 34). Ainda neste texto, o autor escreve mais detalhadamente as características de determinadas ruas. Por exemplo:

Vede a Rua do Ouvidor. É a fanfarrona em pessoa, exagerando, mentindo, tomando parte em tudo, mas desertando, correndo os taipais das montras à mais leve sombra de perigo. Esse beco, inferno de pose, de vaidade, de inveja, tem a especialidade da bravata. E, fatalmente oposicionista, criou o boato, o “diz-se...” aterrador e o “fecha-fecha” prudente. (DO RIO, 2008, p. 34)

Todas essas descrições, seja das ruas, seja das pessoas, formam um panorama da cidade do Rio de Janeiro – o que indica ainda mais a influência das fisionomias francesas. Entretanto, esse gênero certamente teve um papel diferente na sociedade parisiense, do que a obra de João do Rio teve aqui.

Benjamin acrescenta que as fisiologias constituíam um gênero pequeno-burguês, lido, sobretudo, por pequeno-burgueses. O sucesso desses livros se explicava pela crescente sobreposição dos valores burgueses aos valores aristocráticos. Tratava-se de passar a limpo o novo estilo de vida que emergia junto com o capitalismo moderno. O gênero “explicava a colossal passagem em revista da vida burguesa que se estabeleceu na França... Tudo passava em desfile... dias de festa e dias de luto, trabalho e lazer, costumes matrimoniais e hábitos celibatários, família, casa, filhos, escola, sociedade, teatro, tipos, profissões.” (BENJAMIN, 1997, p. 34). De certa forma, as fisiologias

legitimavam a burguesia francesa, cada vez mais poderosa, bem como as suas idéias e costumes.

A compilação de crônicas de João do Rio, embora influenciadas pelas fisiologias francesas, não poderia ter atuado na sociedade carioca da mesma maneira que aquelas atuaram na França. No Brasil, não existia uma classe burguesa em ascensão, em conflito com uma aristocracia decadente. Nossa aristocracia, assim como os cidadãos que participavam da esfera pública brasileira, adotava de bom grado o modo de vida burguês – tanto que a capital federal foi reformulada para ganhar ares daquela Paris dominada pelo mundo burguês liberal.

Ainda sobre as fisiologias francesas, Benjamin atribui a elas pouca ou nenhuma energia política, por isso, se difundiram tão rápido na Paris dos anos 1840 (BENJAMIN, 1997, p. 34). Tratava-se de um gênero que não fazia inimigos, porque não abordava idéias políticas, às quais os leitores pudessem eventualmente se contrapor. No caso francês, talvez fosse esse o caso, pois, o capitalismo já estruturava aquela sociedade, através do modo de produção industrial, da exploração do trabalho, do consumo, das novas tecnologias, etc. E as fisiologias não questionavam criticamente nenhum aspecto desse sistema, apenas descrevia-lhe algumas características.

Mas, no caso de João do Rio, é difícil isentar a *Alma Encantadora das Ruas* de alguma energia política. Afinal, o cronista nos apresenta uma fisionomia da miséria, do atraso, do passado colonial – enfim, tudo o que nossa elite queria esquecer. De certa forma, a obra adquire um papel de denúncia. Assim, seria mais sensato supor que as crônicas de João do Rio chocaram a nossa elite que, como foi exposto, tomava gosto pelo modo de vida burguês. Nesse sentido, é possível identificar a influência de Wilde, na sua aversão pelas preferências da burguesia. Contudo, antes analisarmos esta referência tão cara ao cronista, é necessário abordar o impacto que a *flânerie* francesa teve sobre sua obra, pois, sem essa, a influência das fisiologias não seria possível.

2.2. A influência da *Flânerie* Francesa

A ausência de conflitos nas descrições das fisiologias, segundo Benjamin, combinava com a *flânerie* parisiense.

A calma dessas descrições [das fisiologias] combina com o jeito do *flâneur*, a fazer botânica no asfalto. Mas, já naquela época, não se podia andar a passeio por todos os pontos da cidade. Calçadas largas eram raridade antes de Haussmann; as estreitas ofereciam pouca proteção contra os veículos. A *flânerie* dificilmente poderia ter se desenvolvido em toda a plenitude sem as galerias. “As galerias, uma nova descoberta do luxo industrial – dizia um guia ilustrado de Paris de 1852 – são caminhos cobertos de vidro e revestidos de mármore, através de blocos de casa, cujos proprietários se uniram para tais especulações. De ambos os lados dessas vias se estendem os mais elegantes estabelecimentos comerciais, de modo que uma de tais passagens é como uma cidade, um mundo em miniatura. Nesse mundo, o *flâneur* está em casa; é graças a ele “essa paragem predileta dos passantes e fumantes, esse picadeiro de todas essas ocupações imagináveis encontra seu cronista e seu filósofo”. (BENJAMIN, 1997, p. 34-35)

Nossas galerias francesas eram o Centro planejado por Pereira Passos, onde a arquitetura reproduzia traços desse luxo industrial, onde as calçadas largas da Avenida Central permitiam que os transeuntes “civilizados” caminhassem com tranquilidade, desfilando e admirando as lojas de artigos importados. Todavia, o novo Rio de Janeiro foi construído de uma maneira mais artificial, por assim dizer: não foi fruto da confluência de objetivos econômicos de vários empreendedores que, no final das contas, queriam agregar valor às mercadorias que vendiam; queríamos, acima de tudo, parecer com aquela metrópole moderna, onde a crescente concorrência do mercado capitalista fez emergir as galerias num contexto de fetichização da mercadoria. De qualquer forma, é inegável que o reurbanizado Rio oferecia melhores condições de mobilidade na região central da cidade. João do Rio usufruiu desse cenário. Inclusive, sua terceira compilação de crônicas – o *Pall Mall Rio* (1917) – seria fruto das suas flanagens pela cidade nova, pela modernidade brasileira.

Mas, na *Alma encantadora das Ruas*, o cronista, mais do que flunar pelo Rio modernizado, flana por entre as ruelas tortuosas que levam a uma cidade assolada pelas mazelas do passado colonial. Apesar disso, o flunador João do Rio se identifica com o *flâneur* sereno do qual fala Benjamin.

O *flâneur* é ingênuo quase sempre. Pára diante dos rolos, é o eterno “convidado do sereno” de todos os bailes, quer saber a história dos boleiros, admira-se simplesmente, e conhecendo cada beco, cada rua, cada viela, sabendo-lhe um pedaço da história, como se sabe a história dos amigos (quase sempre mal), acaba com a vaga idéia de que todo o espetáculo da cidade foi feito especialmente para seu gozo próprio. O balão que sobre ao meio-dia no [Morro do] Castelo sobe para seu prazer; as bandas de música tocam nas praças para alegrá-lo; se num beco perdido há uma serenata com violões chorosos, a serenata e os violões estão ali para diverti-lo. E de tanto ver o que os outros não podem entrever, o *flâneur* reflete. [...] Quando o

flâneur deduz, ei-lo a concluir uma magnífica por ser para seu uso exclusivo, ei-lo a psicologar, ei-lo a pintar os pensamentos, a fisionomia, a alma das ruas. (DO RIO, 2008, p. 32-33)

É importante notar duas coisas neste excerto: em primeiro lugar, o cronista carioca se identifica com o *flâneur* ingênuo das fisiologias; mas, em segundo lugar, o cenário onde ele se insere é bastante diverso das galerias parisienses. Os bailes, as rodas de conversa nos becos, o balão que se solta na favela e as serenatas nas ruas têm pouco ou nada a ver com o ambiente comercial das passagens de Paris. Assim, se por um lado João do Rio tem influência do *flâneur* tipicamente fisiologista, por outro, o olhar desse *flâneur* está deslocado da sociedade que proporcionou o seu surgimento.

O flanador fisiologista se sente bastante confortável na rua – como se estivesse em casa. Ele se deleita com os acontecimentos que vê – como se fosse um lazer. Como resultado desse comportamento, surgem as descrições inofensivas, coloridas e acrílicas. Contudo, isso escondia um ato sociológico-político:

A longa sequência de caracterizações extravagantes ou simples, cativantes ou austeras, apresentadas ao leitor pelas fisiologias, tem algo em comum: é inofensiva e de completa bonomia. Essa visão do próximo se distanciava tanto da experiência que devia ter causas incommumente sérias. Provinha de uma inquietação de origem peculiar. As pessoas tinham que se acostumar a uma situação nova e bastante estranha, característica da cidade grande. (BENJAMIN, 1997, p. 36)

Essa “situação nova e bastante estranha, característica da cidade grande” consistia exploração do trabalho; consistia no ritmo de vida acelerado; consistia no consumismo exacerbado; consistia em conviver rotineiramente com uma multidão de desconhecidos – concorrentes em potencial, visto que a concorrência permeia a maioria das relações do mundo capitalista. Um exemplo dessa aglomeração inevitável surge com o advento dos modernos meios de transporte público, como o ônibus, os três e os bondes, onde os cidadãos eram forçados a se manter apertados junto com outras pessoas incógnitas. As fisiologias encobriam as relações desiguais e conflituosas da modernidade, na medida que descreviam essas relações de maneira harmônica. Nesse sentido, esse gênero literário naturalizava as contradições que raiavam junto com o capitalismo moderno, junto com o mundo das idéias liberais da burguesia.

Entretanto, as fisiologias não foram muito longe na França. Segundo Benjamin, o gênero se esgotou, porque, “as pessoas se conheciam como credores e devedores,

como vendedores e fregueses, como patrões e empregados – sobretudo como concorrentes.” (BENJAMIN, 1997, p. 37). Quer dizer, o cidadão da metrópole moderna enxerga o próximo como um adversário, de alguma maneira, como um ser hostil. Nesse contexto, o *flâneur* abandona as descrições repletas de bonomia e passa a investigar os segredos, as disputas e até os crimes que os transeuntes escondem. Num movimento de volta às fisionomias de Lavater – origem das fisiologias – se esforçava agora para adivinhar a personalidade dos passantes através da análise racional das suas aparências externas. Surge assim o romance policial.

Em menor grau, João do Rio teve influência também da *flânerie* dos romances policiais. É possível que venha daí o tom crítico e investigativo de alguns textos que compõe a *Alma Encantadora*, como em *As Mulheres Mendigas* (publicada originalmente em 30 de maio de 1904, na Gazeta de Notícias), em que o cronista investiga o universo das mulheres que vivem nas ruas. Ademais, na abertura do livro, o autor já associa o trabalho do *flâneur* com o do fisionomista.

[O *flâneur*] Do alto de uma janela, como Paul Adam, examina o caleidoscópio da vida no epítome delirante que é a rua; a porta dos cafés, como Poe no *Homem das Multidões* dedica-se a adivinhar as profissões, as preocupações e até os crimes dos transeuntes. (DO RIO, 2008, p. 32)

É interessante notar que João do Rio cita o *Homem das Multidões* como um dos modelos de flanador. Este conto é considerado por Benjamin como a mais expressiva da, digamos, segunda geração da *flânerie*. (BENJAMIN, 1997, p.45) O narrador-personagem está convalescente num café londrino. Ao entardecer, observa as pessoas que voltam do trabalho e analisa cada tipo, até chama sua atenção um homem que não consegue definir. Vai segui-lo durante vinte e quatro horas. Nesse conto, o ambiente urbano mostra-se como uma vida que não pára, enquanto a multidão é o lugar em que o indivíduo se dilui e se esconde.

Entretanto, novamente, o olhar do *flâneur* policial, quando apropriado por João do Rio, aparece deslocado da sociedade parisiense que propiciou seu surgimento. Na França, o flanador deduz os segredos dos passantes, porque, o criminoso do romance policial se esconde no anonimato das multidões de operários que vão e vêm das fábricas, na multidão de consumidores que entram e saem das galerias, na multidão de boêmios que lotam os bares e cafés. Outra vez, a *flânerie* vem associada às condições

materiais que permitiram o florescimento da modernidade, do capitalismo liberal, do triunfo da vida burguesa. E, de novo, faz-se necessário dizer que tais condições não existiam no Brasil, afinal, os trabalhadores fabris, os consumidores do novo Centro e os boêmios que freqüentavam os cafés representavam uma parcela muito pequena da população. Para se ter uma idéia, Murilo de Carvalho apresenta um dado do Censo de 1906 que dá conta que apenas 23,8% da população economicamente ativa do Rio de Janeiro trabalhava no operariado brasileiro, sendo que esta classe englobava artistas, trabalhadores da extração e do transporte público e, claro, empregados das fábricas (MURILO DE CARVALHO, 2009, p.75). Em 1911, Paris tinha 45,3% da sua população empregada na indústria. (MURILO DE CARVALHO, 2009, p.78).

Sendo assim, o *flâneur* João do Rio está entre o fisiologista e o fisionomista: do primeiro, herdou as descrições panorâmicas das ruas; do segundo, a dedução de características íntimas das pessoas através da análise minuciosa da aparência exterior. O resultado é um flanador ambivalente, ora deslumbrado, ora crítico, ora inquiridor.

3.3. A influência do naturalismo “art nouveau”

Outra influência do cronista joãoriodeano é o naturalismo. Este movimento literário dominou as Letras brasileiras, sobretudo, na década de 1880. Tentando explicar a sociedade humana através de esquemas biologizantes, tentando explicar os indivíduos pela influência do meio onde vive. Esse estilo ingressou no Brasil através da referência francesa – principalmente Émile Zola – e da referência portuguesa – Eça de Queiroz, que já fora influenciado pela literatura francesa. (BOSI, ANO, p. 209). Primeiramente, os naturalistas brasileiros se voltaram para a realidade urbana, sendo talvez o *Cortiço*, de Aluísio Azevedo, a obra mais exitosa dessa vertente do naturalismo. Nos anos 1900, o naturalismo ainda influía bastante na literatura nacional, porém, numa nova fórmula literária, que Alfredo Bosi chamou de *naturalismo art nouveau*. Este subgênero, por assim dizer, consistia no seguinte:

Estetismo, evasimismo, “pureza” verbal precariamente definida, sertanismo de fachada, lugares comuns herdados de Darwin e de Spencer, resíduos da dicção naturalista de cambulhada com clichês de romance psicológico à Bourget, carregiam para a prosa de um Coelho Neto e de um Afrânio Peixoto os vícios do Decadentismo de que na Europa davam exemplos os livros cintilantes nos olhos de Oscar Wilde e Gabriele D’Annunzio. [...] Desenvolve-

se um estilo mundano, meio jornalístico, meio sofisticado... (BOSI, ANO, p.220)

Certamente, Coelho Neto e Afrânio Peixoto não foram os únicos a manterem alguns pressupostos naturalistas nas suas obras. Muitos desses traços figuram também nas crônicas de João do Rio, o que fica explícito em vários momentos, quando o autor tenta explicar alguns caracteres dos transeuntes através do condicionamento que a rua – o meio – lhes imputa. A abertura da *Alma Encantadora* também oferece valiosas notas sobre a influência naturalista:

Mas o importante, o grave, é ser a rua a causa fundamental da diversidade dos tipos humanos. Não sei se lestes um curioso livro de [Edmond] Demolins, *Comment la route crée le type social*. É uma revolução no ensino de Geografia. “A causa primeira e decisiva na diversidade das raças”, diz ele, “é a estrada, o caminho que os homens seguirem. Foi a estrada que criou a raça e o tipo social. Os grandes caminhos do globo fora, de qualquer forma, os alambiques poderosos que transformaram os povos. Os caminhos das grandes estepes asiáticas, das tundras siberianas, das savanas da América ou das florestas da África insensivelmente e fatalmente criaram o tipo tártaromongol, o lapão-esquimó, o pele-vermelha, o índio, o negro.”

A rua é a civilização da estrada. Onde morre o grande caminho começa a rua, e, por isso, ela está para a grande cidade como a estrada está para o mundo. [...]

Nas grandes cidades a rua passa a criar o seu tipo, a plasmar o moral dos seus habitantes, a inocular-lhes misteriosamente gostos, costumes, hábitos, modos, opiniões políticas. (DO RIO, 2008, p. 40-41)

Esse excerto deixa em evidência a influência naturalista. A rua – o meio – cria os diversos tipos sociais da cidade; da mesma forma, a estrada o – meio – cria os tipos sociais de uma região, ou seja, uma raça. Ademais, Demolins, o geógrafo citado pelo cronista, foi um dos principais expoentes da Geografia Social, na França do início do século XX; o foco dos seus estudos era “a influência do meio no desenvolvimento sócio-moral do indivíduo, família, país.” (LUZ CONCEIÇÃO, 2000, p. 5). Embora não explique exatamente como a rua opera na criação dos tipos humanos, João do Rio fornece exemplos da sua tese:

Todos nós conhecemos o tipo do rapaz do Largo do Machado: cabelo à americana, roupas amplas à inglesa, lencinho minúsculo no punho largo, bengala de volta, pretensões às línguas estrangeiras, calças dobradas como Eduardo VII e toda a *snobopolis* do universo. Esse mesmo rapaz, dadas idênticas posições, é no largo do Estácio completamente diverso. As botas são de bico finos, os fatos em geral justos, o lenço no bolso de dentro do casaco, o cabelo à meia cabeleira com muito óleo. Se formos ao largo do Depósito, esse mesmo rapaz usará lenço de seda preta, forro na gola do

paletô casaquinho curso e calças respeitando o molde corrente na navegação aérea – calças a balão. (DO RIO, 2008, p. 41)

Os tipos sociais que a rua dos bairros cria se diferenciam entre si pela pelas roupas que vestem, os acessórios que preferem, os trejeitos que tais indumentárias sugerem – em última instância, se diferenciam pelas diferentes referências de moda. Ora, a moda é um fenômeno moderno tipicamente sócio-econômico; tem pouco ou nada a ver com a geografia da rua. Esses tipos sociais são produto, acima de tudo, dos modismos que o Rio de Janeiro começou importar da Europa, junto com as idéias liberais, junto com o modo de vida burguês, junto com as mercadorias fetichizadas, junto com a modernidade capitalista.

Na sequência, o cronista ilustra sua tese citando a diversidade das preferências culturais dos moradores de diferentes ruas.

A gente do Botafogo vai às “primeiras” do Lírico, mesmo sem ter dinheiro. A gente do Haddock Lobo tem dinheiro mas raramente vai ao Lírico. Os moradores da Tijuca aplaudem Sarah Bernhardt como um prodígio. Os moradores da Saúde amam enternecidamente o Dias Braga. As meninas das Laranjeiras valsam ao som de Strauss e Berger. As meninas dos bailes de Catumbi só conhecem as novidades do senhor Aurélio Cavalcante. (DO RIO, 2008, p. 41)

O lazer desses “tipos sociais” novamente não tem relação com a rua. Em vez disso, a diferença de preferências culturais está relacionada à vontade que parte da sociedade carioca tinha de participar do mundo europeu – mundo europeu representado pela moda, idéias, hábitos, costumes e, claro, a arte francesa. Entretanto, nem todos tinham condições financeiras para acessar esses bens, cujo valor simbólico atribuía o status de homens civilizados e modernos. Os excluídos da *belle époque* carioca, como os moradores da Saúde e do Catumbi, por não terem dinheiro, ou mesmo por serem barrados pelas autoridades, gozavam da arte que lhes era mais próxima – a arte nacional sem influência das novas tendências européias e, por isso mesmo, mais baratas.

Portanto, o *naturalismo art nouveau*, na *Alma Encantadora das Ruas*, se mostra na verdade um problema naturalista, no mínimo, mal formulado. Os tipos sociais aos quais o cronista se justifica pela influência das ruas, mas, sim, pelas condições sócio-econômicas. Ademais, a própria menção ao naturalismo também segue a lógica das idéias fora do lugar de Schwarz: ao tentar aplicar as modernas teorias científicas européias, João do Rio demonstra que também participa da modernidade européia. Essa

distinção, por sua vez, vai de encontro ao pensamento de Alfredo Bosi: o *naturalismo art nouveau* reduz as teorias naturalistas a um recurso estético, exibicionista, distintivo, traduzido no texto através do uso de termos técnicos, como o “tipo social”, na citação de obras científicas, como o livro de Demolins.

3.4. A influência de Wilde

Por volta de 1905, o cronista publicou na Revista Renascença um ensaio sobre o escritor inglês, intitulado *Breviário do Artificialismo*. (BRITO BROCA, 1960, p.109). A partir daí, começa a traduzir a obra de Wilde, introduzindo-o no Brasil: em 1908, publica a tradução de *Salomé*; em 1911, a do *Retrato de Dorian Gray*; em 1912, a de *Intenções*. Brito Broca especula que João do Rio deve ter entrado em contato com os livros de Wilde, quando esses começaram a ser traduzidos para o francês, pra serem vendidos em Paris. (1960, p. 110).

Como já foi dito, a influência de Oscar Wilde sobre João do Rio teve maior impacto na construção do seu estilo dândi, do que na sua obra propriamente dita. No entanto, isso não quer dizer que tal referência não tenha reverberado nas crônicas joãoriodeanas. Apesar de a ficção do escritor e jornalista carioca ser mais marcada por traços wildianos, nos textos da *Alma Encantadora das Ruas* já se nota algumas características advindas do escritor inglês.

“Nada como o inútil para ser artístico”, escreve João do Rio, na abertura da *Alma Encantadora*, quando explica o que é flunar (2008, p. 31). Essa frase vai de encontro com a máxima de Oscar Wilde: “Toda a arte é completamente inútil.” Há algo de aristocrático nas duas afirmações: o ócio, o despropósito é necessário para ser *flâneur*, para ser artístico; essa postura é compatível com o fato de a arte, segundo as idéias wildianas, não terem aplicação prática imediata; em vez disso, a arte seria algo como um enfeite, como um exercício aristocrático. Aliás, um dos aspectos mais marcantes, tanto da persona Oscar Wilde quanto de sua obra, é a aversão ao gosto artístico burguês. Com sarcasmo e alguma dose de cinismo, Wilde adota alguns valores da aristocracia para confrontar os valores da burguesia, que se sobrepunham paulatinamente ao mundo aristocrático, afetando todos os âmbitos da vida moderna, inclusive a arte. Nesse sentido, o autor de *O Retrato de Dorian Gray* defende o ócio e a

aparência extravagante como armas para chocar o mundo que desponta junto com o capitalismo moderno, um mundo onde o trabalho e a funcionalidade se tornavam cada vez mais valorizados

João do Rio também incorporou alguns traços da aristocracia, mas, não a brasileira, e sim a européia, em especial a francesa. O traço mais relevante, quando se leva em conta apenas as crônicas joãoriodeanas, é o desprezo pelas preferências da burguesia em relação à arte. Todavia, outra vez, trata-se de uma atitude deslocada, que acaba ganhando outro significado quando aplicada ao contexto brasileiro. Nem a nossa aristocracia era intelectualizada a ponto de fruírem da arte elevada produzida pela humanidade, nem havia burguesia industrial suficientemente expressiva para mudar as condições materiais da realidade tupiniquim e, por conseguinte, ameaçar o monopólio que os aristocratas nacionais tinham do poder. Ademais, a aristocracia, a classe média e até mesmo a *intelligenza* brasileira estavam abraçando com volúpia o moderno mundo burguês liberal: assistiam as montagens de peças estrangeiras, sobretudo, as francesas; liam as obras em voga na Europa, em especial, as de Paris; em alguns casos, até consumiam o que Oscar Wilde chamava de arte burguesa, porém, essas obras, quando chegavam aqui, eram valorizadíssimas, afinal de contas, vinham dos países civilizados e modernos. João do Rio, longe de ser uma exceção, participava deste circuito.

Assim, o cronista carioca projeta o gosto artístico burguês no gosto artístico das classes mais baixas. A arte da população pobre vai ser o alvo das críticas joãoriodeanas, assim como a arte burguesa foi alvo das críticas wildianas; nos dois casos, os autores fazem censuras com elegância e ironia fina. De qualquer forma, essa projeção encontra terreno fértil no Rio de Janeiro dos anos 1900, pois, nessa época, a cidade estava sendo reurbanizada; o Centro, higienizado; a cultura, europeizada; a pobreza, afastada para os morros. Naquele momento, toda a conjuntura social, econômica, cultural da sociedade carioca estava com os olhos na modernidade européia, voltando as costas para a realidade brasileira. A cultura genuinamente brasileira, consumida pelo vulgo, era considerada de marca menor.

A ironia e o desprezo pelo gosto artístico burguês, transposto para o gosto artístico popular, transparecem na crônica *Os Mercadores de Livros e a Leitura das*

Ruas, publicada na Gazeta de Notícias em 12 de fevereiro de 1906 e, posteriormente, compilada na *Alma Encantadora das Ruas*.

O fundo das livrarias ambulantes, as obras de venda dos camelôs têm sido a *Princesa Magalona*, a *Donzela Teodora*, a *História de Carlos Magno*, a *Despedida de João Brandão* e a *Conversação do Pai Manoel com o Pai José* – ao todo, uns vinte folhetos sarrabulhentos de crimes e de sandices. [...] Essa literatura, vorazmente lida na Detenção, nos centros de vadiagem, por homens primitivos, balbuciada à luz dos candeeiros de querosene nos casebres humildes, piegas, hipócrita e malfeita [...] é o abismo da gentalha. [...]

Tudo quanto é inferior – a calúnia, o falso testemunho, o ódio – serve de entrecho para esses romances mal escritos. Quando a coisa é em verso, toma proporções de *puff* carnavalesco. A *Despedida de João Brandão à sua Mulher, filhos e colegas*, com um apêndice em que se convence o leitor que João Brandão podia ser um herói cristão, é lida nos cortiços com temos e pena. (DO RIO, 1997, p. 87-88)

Sem entrar no mérito das obras propriamente ditas, nota-se claramente o desdém que João do Rio dispensa a esses títulos célebres entre a população pobre. Títulos que não têm o pedigree da referência européia, mas que se disseminam entre o vulgo tanto quanto o romance burguês na Europa.

Então, depois de analisar quatro influências do cronista carioca – as fisiologias francesas, a *flânerie* parisiense, o naturalismo art nouveau e a referência a Oscar Wilde – creio que temos agora uma perspectiva do narrador das crônicas; temos uma noção melhor dos prismas através dos quais o narrador enxergava a realidade que abordou em seus textos. Narrador, vale lembrar, que se funde na figura do *flâneur* – o próprio João do Rio. Ao longo da *Alma Encantadora das Ruas* esses quatro elementos que compõe o ponto de vista do narrador se alternam em ordem de importância: ora o caráter fisiologista sobressai, ora o caráter naturalista, ora o *wildismo*, e assim por diante. Por isso, muitas vezes, o cronista apresenta pontos de vista contraditórios, porque, as influências do cronista não convivem na sua escrita de maneira estável. De acordo com o assunto abordado, o autor pende mais para essa ou aquela tendência, muitas vezes, negando algo que já foi dito. O fato das crônicas terem sido publicada primeiro em jornais da época, entre 1904 e 1906, contribui para a proliferação dessas contradições.

4. O trabalho no Rio de Janeiro: o Rio oficial e o Rio informal

Enquanto flanava pelo Rio de Janeiro, João do Rio percebeu que o Rio oficial, moderno, europeizado se relacionava com o Rio informal, atrasado, pobre. Isso vem à tona quando aborda a questão do trabalho. Essa relação entre o moderno e o atrasado se dá em vários níveis: a cooptação dos capoeiras pelo Estado, tornando-os capangas de políticos notáveis; os subempregos que surgem ao redor das poucas indústrias, comércio e outros empregos formais; nos catadores do lixo da Cidade Nova.

Essa relação – nem sempre conflituosa, inclusive sendo às vezes incentivada por comerciantes e donos de fábricas – era produto da grande desigualdade social da sociedade carioca. Embora com uma pompa moderna, a economia da capital federal não se desenvolvera o suficiente para absorver a mão-de-obra ociosa da metade da população que era expulsa dos cortiços e empurrada para os morros. Contudo, não se trata aqui de vitimizar um lado em prol do outro, mas sim analisar os meandros da relação entre o Rio moderno e o Rio miserável. Nesse sentido, o cronista carioca nos oferece uma perspectiva valiosa, de alguém que compartilhava do sonho de modernidade, sem, no entanto, fechar os olhos para a vida das vítimas da modernidade à brasileira.

Assim, neste capítulo, lançando um olhar sobre as práticas de trabalho no Rio de Janeiro, tanto o formal quanto o informal, proponho uma análise dos pontos de convergência entre o Rio oficial e o Rio informal, o Rio moderno e o Rio colonial, o Rio da elite e o Rio dos pobres. Dessa forma, espero reforçar a perspectiva scwarziana das idéias fora do lugar, elucidando como o ideário europeu, além de enobrecer parte da sociedade carioca, também serviu para estabilizar o convívio entre a modernidade europeizada e a miséria colonial.

Na crônica *Pequenas Profissões*, publicada originalmente em 1904 na Gazeta de Notícias, sob o título de *Profissões Exóticas*, João do Rio narra um passeio pelas ruas do centro da cidade – em reforma – onde é conduzido pelo amigo Eduardo, que parece conhecer os caminhos e os descaminhos daquela região. Durante o trajeto, o acompanhante mostra e explica uma série de profissões exercida por pessoas miseráveis, que trabalham no subterrâneo do Rio de Janeiro “civilizado”.

É difícil saber se o interlocutor que aparece no texto realmente existiu; poderia tratar-se simplesmente de um personagem criado para auxiliar a narrativa. De qualquer forma, para esse estudo, essa indagação é dispensável, pois, o que realmente importa é o objeto do diálogo que se estabelece entre João do Rio e Eduardo: as pequenas profissões exercidas por pessoas extremamente pobres.¹

Depois do cronista e seu amigo presenciarem um ambulante vendendo uma calça usada e um anel de platina para um trabalhador de estiva, o narrador faz a seguinte afirmação:

O Rio também tem as suas pequenas profissões exóticas, produto da miséria ligada às fábricas, aos adelos, ao baixo comércio; o Rio, como todas as grandes cidades, esmiúça no próprio monturo, a vida dos desgraçados. (DO RIO, 2008, p. 55-57)

Há duas ideias que podem ser inferidas deste excerto: primeiro, João do Rio percebe a relação do Rio informal com o Rio oficial; segundo, enxerga na pobreza carioca a pobreza das metrópoles dos países desenvolvidos.

De qualquer maneira, antes de averiguarmos essas duas preposições, vejamos a situação sócio-econômica do Rio de Janeiro daquela época – sobretudo, no que diz respeito ao nível de industrialização – porque o modo de produção baseado nas novas tecnologias e na racionalização do trabalho é o coração pulsante do capitalismo moderno e, por conseguinte, o grande responsável pelas mudanças sociais, comportamentais, culturais, políticas que culminaram na modernidade.

Murilo de Carvalho resgatou o Censo de 1906, o que pode nos oferecer dados valiosos sobre a situação econômica da capital federal. O historiador apresenta a divisão por ocupação da população economicamente ativa (no total, 424 820 cidadãos, desconsiderando os sem profissão, empregados na agricultura, as classes improdutivas e os que viviam de renda, como banqueiros, capitalistas e proprietários). Os setores intermediários (profissionais liberais, funcionários públicos, profissões técnicas e comércio) representavam 24,4% da população. O operariado (extração, manufatura,

¹ Interessa notar que João do Rio coloca o narrador-cronista na posição de quem não conhece a cidade e é apresentado a ela por seu amigo. Ocupa um lugar próximo ao do leitor da *Gazeta de Notícias*, que provavelmente também desconhecia as regiões periféricas de sua própria cidade e sua figuras marginais.

transporte), 23,8%. Por fim, o proletariado (serviço doméstico, jornaleiros, outros) correspondiam à 51,8% da população economicamente ativa. (MURILO DE CARVALHO, 2009, p. 75). É importante afirmar que, entre o proletariado, entram aquelas pessoas com profissões mal definidas ou mesmo desconhecidas. Isso significa que àqueles sujeitos que se dedicam às profissões exóticas, as quais João do Rio se refere, provavelmente se encontram nessa categoria.

Todavia, o cronista afirma que as pequenas profissões são “produto da miséria ligada às *fábricas*, aos *adelos* e ao *baixo comércio*.” Quanto às fábricas, dentro da categoria “operariado” (23,8%), existe uma subcategoria denominada “manufatura”, a qual parece ser a mais próxima do trabalho fabril; essa subcategoria ocupa 18,2% do total da população economicamente ativa. Quanto aos adelos e ao comércio... dentro da categoria “setores intermediários” (24,4%), existe a subcategoria “comércio”, que representa 14,7% da população economicamente ativa. Para se ter um termo de comparação, podemos analisar o caso de Paris, em 1911: a capital francesa empregava na indústria e no comércio, respectivamente, 45,3% e 24,6% da sua população. (MURILO DE CARVALHO, 2009, p. 78).

Do ponto de vista quantitativo, a discrepância entre o número de trabalhadores da indústria e do comércio em Paris e no Rio já sugere um equívoco no ponto de vista de João do Rio: é improvável que a miséria de Paris fosse a mesma do Rio, pois as desigualdades de lá e as daqui tinham causas e proporções diversas. Lá, mais de 70% da população se dedicava ao setor secundário e terciário – o que mostra como o capitalismo moderno estava bastante estruturado naquela metrópole. Afinal, em Paris, os maiores avanços científicos já estavam sendo aplicados na tecnologia dos imensos parques industriais, desde a década de 1870; o mercado era inundado com os produtos advindos dessas indústrias; e o consumo era cada vez maior. Nesse sentido, é plausível afirmar que a miséria parisiense advinha, acima de tudo, da exploração do trabalho, inserida num contexto de capitalismo avançado para a época. Em outras palavras, a pobreza de Paris estava intrinsecamente relacionada com as condições materiais que propiciaram o florescimento da modernidade naquele país.

No Rio de Janeiro, onde apenas 32% da população economicamente ativa trabalhava na indústria e comércio, a pobreza tinha essencialmente outra origem. Em

vez da exploração do trabalho assalariado, que era minoritária, a pobreza carioca vinha do período colonial, sobretudo, de ex-escravos que não encontravam emprego na cidade; a grande massa de imigrantes europeus pobres também engrossou as fileiras dos desempregados. O desemprego dessa gente se explica muito pelo fato da industrialização brasileira, bem como o setor de serviços, ter pouca expressão, conseguindo absorver pouco mais de 30% das pessoas economicamente ativas.

Todavia, é importante destacar que também havia na capital federal desigualdades sociais oriundas da exploração do trabalho dentro das fábricas, dentro da economia formal. João do Rio inclusive se dedicou à observação desses explorados, como se comprova na crônica *Trabalhadores de Estiva*, publicada originalmente na Gazeta de Notícias, em 19 de junho de 1904; neste texto, o cronista descreve o cotidiano dos empregados do Porto, que carregam e descarregam navios o dia todo, num regime de trabalho quase escravo. Mas, esse tipo de pobreza, além de ser minoria, tinha origem em indústrias ou serviços com tecnologia bastante inferior em relação à tecnologia usada nos países desenvolvidos da Europa. A alta tecnologia industrial, por exemplo, só começou a ingressar no Brasil com a abertura dos portos, a partir da década de 1890, quando o capital norte-americano e inglês começou a adentrar nossa economia.

A precariedade do trabalho formal também é abordada no texto *A Fome Negra* (publicada originalmente na edição de 22 de junho de 1904 da Gazeta de Notícias). Este escrito trata dos empregados do depósito de manganês que ficava na Ilha da Conceição, apelidada pelos próprios proletários de “Fome Negra”, pois, a fuligem das pedras daquele metal deixava os trabalhadores cobertos permanentemente por uma poeira escura.

Logo depois do café, os pobres seres saem do barracão e vão para a parte norte da ilha, onde a pedreira refulge. Há grandes pilhas de blocos de manganês e montes de piquiri em pó, em lascas finas. No solo, coberto de uma poeira negra com reflexos de bronze, há *rails* para conduzir os vagonetes do minério até o lugar de descarga. O manganês, que a Inglaterra cada vez mais compra do Brasil, vem de Minas até a Marítima em estrada de ferro; daí é conduzido em batelões e saveiros até as ilhas Bárbaras e da Conceição, onde fica em depósito.

Quando chega vapor, de novo removem o pedregulho para os saveiros e de lá para o porão dos navios. Este trabalho é contínuo, não tem descanso. Os depósitos cheios, sem trabalho de carga para os navios, os trabalhadores atiram-se à pedreira, à rocha viva. Trabalha-se dez horas por dia, com pequenos intervalos para as refeições, e ganha-se cinco mil réis. Há, além

disso, o desconto da comida, do barracão onde dormem, mil e quinhentos; de modo que o ordenado da totalidade é oito mil réis. (DO RIO, 2008, p. 169)

Nesse trecho, nota-se o atraso que caracterizava o trabalho formal no Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, a tecnologia utilizada no depósito e na pedreira era bastante primitiva, sendo basicamente um vagão sobre trilhos; a tecnologia rústica exigia que os homens carregassem com as próprias mãos tanto os vagões quanto os navios; na pedreira, como revela o cronista mais adiante, as ferramentas consistiam em picaretas, marretas e pás. Em segundo lugar, o trabalho não era segmentado em funções racionalmente pensadas para otimizar a produtividade: todos os funcionários desempenhavam todas as funções, de modo que, quando não estavam estocando minério nos depósitos, estavam carregando os navios; quando não estavam carregando os navios, estavam na pedreira arrebatando grandes blocos para convertê-los em pedras menores. Por fim, os trabalhadores estavam expostos a um regime muito próximo do trabalho escravo, com jornadas de dez horas diárias, estabelecidos em péssimos alojamentos, sem contato com a cidade, e tendo que pagar as despesas com alimentação. Portanto, o emprego formal no Rio de Janeiro tinha pouco de moderno; na verdade, era muito mais parecido com o trabalho operário dos primórdios da Revolução Industrial do século XVIII; ou, nos casos mais extremos, se aproximava do trabalho escravo.

Outro aspecto eficaz para enfatizar as diferenças entre as classes exploradas da França e as do Brasil é o grau de organização política e sindical, bem como as causas que as motivaram a se mobilizar. No caso francês, Benjamin cita Marx para definir um grupo dentro do operariado que se dedica exclusivamente à conspiração proletária. Benjamin tem em perspectiva, quando faz a citação, desde as revoltas de 1830 e 1848 até a de 1870, na França.

Com o desenvolvimento das conspirações proletárias, surgiu a necessidade da divisão do trabalho; os membros se dividiram em conspiradores casuais ou de ocasião, isto é, operários que só exerciam a conspiração a par de suas outras ocupações e que, só com a ordem do chefe, freqüentavam os encontros e ficavam de prontidão para comparecer ao ponto de reunião, e em conspiradores profissionais, que dedicavam todo o seu serviço à conspiração, vivendo dela... (MARX, 1850, apud, BENJAMIN, 1997, p.9-10)

As conspirações proletárias das quais fala Marx não se desenvolveram no Brasil de João do Rio. Afinal, seguindo o pensamento marxista, é necessário que haja um alto grau de industrialização para que a conspiração chegue a tal nível de complexidade,

gerando assim a classe específica de conspiradores profissionais. Em outras palavras, esse tipo de conspiração, assim como os conspiradores profissionais, só poderia surgir no seio de uma sociedade organizada economicamente em torno do capitalismo industrial. E, embora os conspiradores profissionais formem um grupo pequeno, em determinados momentos, eles conseguiram mobilizar um grande número de operários na tentativa de concretizar a conspiração. Por exemplo, em Paris, “na Revolução de Julho de 1830, mais de quatro mil barricadas se espalharam pela cidade.” (BENJAMIN, 1997, p. 12).

Benjamin continua citando Marx, no rastro de uma definição dos conspiradores profissionais.

Para eles, o único requisito da revolução é organizar suficientemente a conspiração... Lançam-se a invenções que devem levar a cabo maravilhas revolucionárias: bombas incendiárias, máquinas destrutivas de efeito mágico, motins que deverão resultar tanto mais miraculosos quanto menos base racional tiverem. Ocupados com o frenesi de projetos, não têm outra meta senão a mais próxima – ou seja, a derrubada do governo existente – e desdenham profundamente o esclarecimento mais teórico dos trabalhadores sobre seus interesses de classe. (MARX, 1850, apud, BENJAMIN, 1997, p. 11)

No excerto selecionado por Benjamin, Marx critica os conspiradores profissionais por não pensarem além da derrubada do governo existente. Contudo, neste estudo, a crítica marxista ao futuro das revoluções não vem ao caso. O que é importante destacar é o simples fato de que as revoltas *populares* organizadas pelos conspiradores profissionais se voltavam contra o governo, visando, no final das contas, algum tipo de mudança no sistema político. Na República brasileira, em meados do século XX, nenhuma *revolta popular urbana* teve a ambição de alterar o sistema político republicano. Menos que isso, sequer tinha reivindicações sistematizadas. Menos ainda: não tinha líderes expressivos que centralizavam as ações, como um *Blanqui* em Paris, por exemplo. Murilo de Carvalho enxerga na Revolta da Vacina o epíteto das revoltas populares urbanas no Brasil daquele período.

Como se sabe, esta revolta foi uma reação ao plano sanitário imposto por Oswaldo Cruz, durante a reforma urbana da capital federal. O povo considerava injurioso que um agente de saúde entrasse na sua casa, despindo partes dos corpos das mulheres, para dar-lhes uma injeção da qual não tinham muitas informações. Esse é o

motivo mais imediato apontado pelos historiadores. Contudo, devemos lembrar que, além da vacinação obrigatória, o povo do Centro Antigo estava sendo escorraçado de suas casas, sem direito a indenização; suas práticas religiosas estavam sendo veementemente perseguidas; as favelas, para onde muitos estavam migrando, não ofereciam condições melhores que as dos cortiços; enfim, havia uma série de condições sociais que não devem ser desconsiderados ao refletir sobre as motivações da Revolta da Vacina. Mesmo assim, não havia líderes que tivessem influência sobre todos os revoltosos; as reivindicações não estavam esclarecidas, aliás, sequer foram feitas; e, ao longo da manifestação, os revoltosos se dispersaram pela cidade, levantando barricadas independentes em diversos pontos da urbe. E, acima de tudo, em nenhum momento, os revoltosos expressaram vontade de participar da tomada de decisões políticas.

[As revoltas populares] Na maior parte das vezes era reação de consumidores de serviços públicos. Era reação a alguma medida do governo antes que tentar influir na orientação da política pública. [...] Epítome dos movimentos de massa da época, a Revolta da Vacina mostrou claramente o aspecto defensivo, desorganizado, fragmentado, da ação popular. Revelou antes convicções sobre o que o Estado não podia fazer do que sobre suas obrigações. De modo geral, não eram colocadas demandas, mas estabelecidos limites. Não se negava o Estado, não se reivindicava participação nas decisões de governo; defendia-se valores e direitos considerados acima da esfera de intervenção do Estado, ou protestava-se contra o que era visto como distorção ou abuso. (MURILO DE CARVALHO, 2009, p. 145-146)

Portanto, nota-se outra vez uma diferença marcante entre os explorados do Rio de 1900 e os explorados dos países desenvolvidos – ao contrário do que expressa a observação do cronista carioca. Em Paris, a metrópole inspiradora do Rio, a pobreza moderna surgiu no meio do trabalho fabril assalariado, do consumo conspícuo, do capitalismo moderno. Nesse contexto, o proletariado se organizou de uma maneira tão racionalizada quanto a divisão do trabalho nas indústrias, tanto que daí se originou a classe dos conspiradores profissionais. Esses conspiradores, por sua vez, viviam para organizar a revolução popular, que, na menor das hipóteses, visava influir no sistema político vigente, a fim de defender os interesses das classes proletárias. Por outro lado, no Rio de Janeiro, a pobreza era fruto das mazelas do período colonial, combinadas com a falta de condições materiais da República para absorver a mão-de-obra excedente, num sistema capitalista moderno. Dessa maneira, é compreensível que as revoltas populares do Rio fossem um tanto quanto amorfas, sem reivindicações ao Estado, afinal, as manifestações populares emergiam da informalidade, fora do Rio de Janeiro

oficial. Ao contrário dos revoltosos parisienses, que queriam interferir no sistema político para se defenderem da exploração ocorrida dentro e fora das fábricas, os revoltosos cariocas não tinham essa perspectiva, pois, antes foram abandonados pelo Estado, e não explorados pelo sistema político-econômico defendido por ele. Portanto, os miseráveis de Paris eram produto da modernidade; os do Rio, produto do período colonial aliado à ausência das condições materiais para a modernidade.

Assim, creio que João do Rio se equivoca quando aproxima a exploração da miséria no Rio de Janeiro com a exploração da miséria em Paris. De qualquer maneira, essa visão do cronista diz muito sobre a mentalidade europeizada que tomou conta da capital federal durante os anos de 1900. Trata-se mais uma vez das idéias fora do lugar, que, como já foi visto com base em Schwarz (2010), se manifestavam na sociedade carioca da seguinte maneira: a elite e classe média, para usar um termo contemporâneo, aderiam às idéias modernas vindas da Europa sem, no entanto, aplicá-las na prática; esse comportamento foi uma forma da alta sociedade se sentir parte do mundo civilizado, voltando as costas para as condições materiais atrasadas do Brasil; condições materiais que, aliás, mantinham a elite e a classe média nas suas respectivas posições sociais. Enfim, “inextricavelmente, a vida ideológica europeizada degradava e condecorava os seus participantes, entre os quais muitas vezes havia clareza disso.” (SCHWARZ, 2010, p. 20).

João do Rio também partilhava dessa europeização da cultura brasileira: andava sempre bem trajado, seguindo as tendências da moda européia; estava sempre atento ao comportamento do Velho Mundo, reproduzindo-o aqui; lia os últimos lançamentos da literatura francesa e inglesa; escrevia para revistas mundanas, fazendo eventualmente crítica de moda e reportagens sobre a alta sociedade e suas respectivas reproduções dos hábitos europeus; se entusiasmava quando as novidades tecnológicas que eram cada vez mais importadas para o Brasil, tanto que foi um dos primeiros cronistas, senão o primeiro, a escrever sobre o impacto do automóvel na sociedade carioca, por exemplo. Portanto, quando o cronista escreve que “o Rio, como todas as grandes cidades, esmiúça no próprio monturo, a vida dos desgraçados”, leva as idéias fora do lugar a outro patamar: sua visão europeizada supera os limites da Cidade Nova e passa a europeizar também a pobreza carioca que circunscreve a urbe reurbanizada. Mais do que isso, a

afirmação ganha ares tão esdrúxulos quanto a argumentação de José de Alencar, quando defendeu a escravidão raciocinando que a exploração do escravo era menos pior que a exploração das fábricas dos países desenvolvidos. No caso joãoriodeano, ao europeizar a pobreza carioca – que ironicamente abarcava uma legião de ex-escravos – é como se ele a legitimasse, valendo-se da máxima de que os países do norte eram os civilizados. Nesse sentido, a miséria do Rio tornava-se algo próximo da miséria civilizada dos países industrializados, dos países desenvolvidos, dos países modernos.

Ademais, é plausível que o cronista carioca tivesse algum grau de consciência de que as idéias europeias modernas, que em geral professavam a emancipação do indivíduo e o livre mercado, eram usadas com fins indevidos no Brasil. Se não tivesse, provavelmente não teria reclamado que os brasileiros não conheciam o Brasil, como foi mencionado no segundo capítulo deste estudo. Além do mais, a miséria daqueles que exerciam as *pequenas profissões exóticas* se relacionavam frequentemente com o Rio de Janeiro oficial, o que afrontava a ostentação das idéias burguesas liberais. O próprio João do Rio nos mostra alguns pontos de convergência entre esses dois mundos. Um caso ilustrativo é a profissão dos *caçadores*, que se desenvolveu na capital federal naquele clima de *belle époque* carioca. Sendo costume em Paris, os hotéis e restaurantes da Cidade Nova incluíram nos seus cardápios alguns pratos com carne de coelho. Entretanto, este animal não era criado em grande escala no Brasil. Nessa lacuna, surge mais uma profissão exótica:

De todas essas pequenas profissões, a mais rara e a mais parisiense é a dos caçadores, que formam o sindicato das gatoeiras e dos jardins. São os apanhadores de gatos para matar e levar aos restaurantes, já sem pele, onde passam por coelho. Cada gato vale dez tostões no máximo. Uma só das costelas que os fregueses rendosos trincam, à noite, na sala iluminada dos hotéis, vale muito mais. (DO RIO, 2008, p. 57)

A alimentação à base de carne de gato, ao que parece, era uma prática relativamente comum entre as camadas pobres da sociedade carioca. Há inclusive um samba do compositor Geraldo Pereira (1918-1955), gravado em 1951, que menciona essa práxis:

Seu presidente, sua excelência mostrou que é de fato
Agora tudo vai ficar barato, agora o pobre já pode comer
Seu presidente, pois era isso que o povo queria
O ministério da economia parece que vai resolver
Seu presidente graças a deus não vou comer mais gato

Carne de vaca no açougue é mato
 Com meu amor eu já posso viver
 Eu vou buscar a minha nêga pra morar comigo
 Porque já vi que não há mais perigo
 Ela de fome já não vai morrer
 A vida estava tão difícil
 Que eu mandei a minha nêga bacana
 Meter os peitos na cozinha da madame em Copacabana
 Agora vou buscar a nêga porque gosto dela pra cachorro
 Os gatos é que vão dar gargalhada de alegria lá no morro
 (DICIONÁRIO CRAVO ALBIN DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA,
 versão online)

A profissão dos gatoeiros surge na intersecção entre um subterfúgio de sobrevivência praticado pelos favelados cariocas e a vontade da elite de degustar a gastronomia parisiense. Talvez venha daí a expressão “passar gato por lebre.” De qualquer maneira, essa relação revela que a vida ideológica europeizada, ao mesmo tempo que perpetuava a miséria tupiniquim, também dependia dela para se sustentar. Nesse sentido, essa situação também implica a cumplicidade inerente à prática do favor, apontado por Schwarz, porque, embora aparentemente se trate de uma transação comercial, há uma relação de interdependência entre duas partes com poderes extremamente desproporcionais. Enquanto para os donos dos restaurantes “passar gato por lebre” é questão de lucrar, de alimentar o Rio oficial, para os gatoeiros é questão de sobrevivência. A europeização do Rio acontecia sobre uma base de relações como essa. E esse tipo de relações

Para manter-se precisa de cumplicidade permanente, cumplicidade que a prática do favor tende a garantir. No momento da prestação e da contraprestação – particularmente do instante-chave de reconhecimento recíproco – a nenhuma das partes interessa denunciar a outra, tendo embora a todo instante os elementos necessários para fazê-lo. (SCHWARZ, 2010, p. 20)

Entretanto, poderíamos nos perguntar: o que garantia que a cumplicidade dessa relação se perpetuasse? O gatoeiro não poderia barganhar um preço maior que dez tostões a sua mercadoria, sob pena de denunciar que o restaurante passava gato por lebre? Ao ser ameaçado, o dono do restaurante não poderia denunciar o gatoeiro afirmando que não sabia que ele o vendia gato por lebre? Creio que é novamente Schwarz que nos oferece uma hipótese sobre a estabilização dessas relações, onde se confunde favor e comércio.

Esta cumplicidade sempre renovada tem continuidades sociais mais profundas, que lhe dão peso de classe: no contexto brasileiro, o favor

assegurava as duas partes, em especial à mais fraca, de que nenhuma é escrava. Mesmo o mais miserável dos favorecidos via reconhecida nele, no favor, a sua livre pessoa, o que transformava prestação e contraprestação, por modestas que fossem, numa cerimônia de superioridade social, valiosa em si mesma. Lastreado pelo infinito de dureza e degradação que esconjurava – ou seja a escravidão, que as duas partes se beneficiam e timbram em se diferenciar – este reconhecimento é de uma convivência sem fundo, multiplicada, ainda, pela adoção do vocabulário burguês da igualdade, do mérito, do trabalho, da razão. (SCHWARZ, 2010, p. 20)

No excerto acima, o crítico se refere ao Brasil escravocrata, onde os donos de escravos interagiam com os homens livres, numa relação mediada pelo favor. Além das questões econômicas – os homens livres ganhavam a vida graças ao favorecimento dos grandes – a relação de favor ganhava uma dimensão simbólica: era “uma cerimônia de superioridade social”, onde as duas partes afirmavam que não eram escravos. Abolida a escravidão, quando esse pensamento adentra o contexto republicano, a elite e os antigos homens livres adotam a europeização dos costumes como “cerimônia de superioridade social”. Mas, aos ex-escravos, que se dedicavam as pequenas profissões exóticas, onde o comércio se confunde com o favor, uma relação como a do gatoeiro com o dono de restaurante também ganha contornos cerimoniais: se, por um lado, não afirma superioridade social, por outro, serve para que os ex-escravos afirmem que não são mais escravos.

Entre as classes pobres, a situação que mais se aproximava ao ritual de “superioridade social” era a malandragem, em que o malandro era tanto mais valioso quanto mais se distanciava do trabalho. Muito embora, como afirma Eduardo, o interlocutor do cronista no texto *Pequenas Profissões*, “o pessoas que se dedicam ao ofício (das profissões exóticas) não se compõe apenas do bando de pés descalços, da agonia risonha dos pequenos mendigos. Trabalham também na profissão malandros de gravatas e roupa alheia, cuja vida passa em pane nos botequins e à porta das charutarias.” (DO RIO, 2008, p. 58). Assim, o fato de os “profissionais exóticos” descreverem orgulhosamente seus ofícios ao cronista João do Rio, parece ser um indicativo de que havia algum valor simbólico nos seus respectivos ofícios. Na crônica *Os Tatuadores* (publicada originalmente na Revista Kosmos em 11 de novembro de 1904), o cronista conversa com Madruga, um tatuador que comanda o negócio das tatuagens nas ruas, e revela todos os meandros do ofício com bastante garbo. Ou ainda,

como o caso do mulato Bamba, que figura na crônica *Velhos Cocheiros*, falando com orgulho que, naquele ramo, é profissional mais antigo do Rio de Janeiro.

Ademais, a interação entre o Rio informal e o Rio oficial, cristalizada na relação entre os trabalhadores das pequenas profissões exóticas e os profissionais a serviço do Rio modernizado, também “deu peso de classe” aos primeiros. Segundo o Censo de 1906, as pessoas que trabalhavam em ofícios desconhecidos ou mal definidos representavam quase 17% da população economicamente ativa. (MURILO DE CARVALHO, 2009, p. 75). Contudo, o “peso de classe” não ultrapassa o aspecto quantitativo, pois, como foi dito, não tinham consciência coletiva e, por conseguinte, nem organização em torno dos seus interesses.

Uma vez analisada a profissão dos gatoeiros, já podemos ter uma noção mais clara da relação entre o Rio moderno e o atrasado, entre o Rio oficial e o informal. João do Rio apresenta muitas outras profissões exóticas que escancaram a intersecção entre esses dois mundos: vendedores ambulantes, tatuadores, trapeiros (catadores de tecidos), cinaganas ledoras de *buena dicha*, sabidos (catadores de botas e sapatos), etc. Na sequência, pretendo abordar especificamente duas: a dos ratoeiros e dos selistas; a primeira servirá para estudar como a reurbanização da capital federal criou ofícios no mundo da informalidade; a segunda, para ilustrar como o trabalho informal atravancou a modernização efetiva do Rio.

Os ratoeiros eram exterminadores de ratos, uma das profissões que surgia junto com a reforma sanitária comandada por Oswaldo Cruz. Esse trabalhador passava pelas ruas soprando uma corneta de tempo em tempo, anunciando seus serviços. Eduardo assim descreve esse trabalhador a João do Rio:

A mais nova dessas profissões, que saltam dos ralos, dos buracos, do cisco da grande cidade, é a dos ratoeiros, o agente de ratos, o entreposto entre as ratoeiras das estalagens e a diretoria da Saúde. Ratoeiro não é um cavador, é um negociante. Passeia pela Gamboa, pelas estalagens da Cidade Nova, pelos cortiços e bibocas da parte velha da *urbs*, vai até ao subúrbio tocando uma cornetinha com a lata na mão. (DO RIO, 2008, p. 58)

Em seguida, o cronista carioca resume um diálogo entre um ratoeiro e uma mulher que sai à porta duma estalagem, interessada em contratar os serviços do primeiro:

- Ó, ratoeiro, aqui tem dez ratos!
 - Quanto quer?
 - Meia pataca.
 - Até logo!
 - Mas, ó diabo, olha que você recebe mais que do que isso por um só lá na Higiene.
 - E o meu trabalho?
 - Uma figa! Eu cá não vou na história de micróbio no pelo do rato.
 - Nem eu! Dou dez tostões por tudo. Serve?
 - Hein?
 - Serve?
 - Rua!
 - Mais fica!
- (DO RIO, 2008, p. 59)

Primeiramente, é interessante notar que o acompanhante de João do Rio entendeu que o agente de ratos ou ratoeiro surgiu como “entreposto entre as ratoeiras das estalagens e a diretoria da Saúde.” Ou seja, tratava-se de uma profissão entre uma prática popular corriqueira (colocar ratoeiras dentro das casas) e uma ação massiva do governo (o extermínio de ratos, que eram vetores de algumas doenças epidêmicas). De fato, em 1903, quando os trabalhos da reforma urbana estavam a todo vapor, o primeiro esforço da reforma sanitária visava acabar com as epidemias de febre amarela e peste bubônica – algumas das epidemias que, como foi citado em Sevchenko, conferiam ao Rio de Janeiro a alcunha de “túmulo do estrangeiro”. A vacina contra a varíola, que foi o estopim da Revolta da Vacina, só se tornaria obrigatória no ano seguinte. O caso é que, para erradicar a peste bubônica, era necessário a exterminação de ratos e pulgas e a limpeza e desinfecção de ruas e casas.

O trabalho começou em abril de 1903. Brigadas sanitárias, compostas de um chefe, cinco guardas mata-mosquitos e operários da limpeza pública, percorriam ruas e visitavam casas, desinfetando, limpando, exigindo reformas, interditando prédios, removendo doentes. Os alvos preferidos eram, naturalmente, as áreas mais pobres e de maior densidade demográfica. Casas de cômodo e cortiços, onde se comprimiam em cubículos e casinhas dezenas de pessoas, constituíam objeto de atenção especial. (MURILO DE CARVALHO, 2009, p. 94)

Cerca de 500 brigadas militares se espalharam pela cidade. Só para se ter uma idéia, “só no segundo semestre de 1904, foram visitadas 153 ruas; foram feitas no primeiro semestre, 110 224 visitas domiciliares, 12 971 intimações, 626 interditos”. (MURILO DE CARVALHO, 2009, p. 94-95). As equipes de saúde andavam sempre escoltadas por soldados da polícia, afinal de contas, como era de se esperar, causaram verdadeira indignação entre as pessoas afetadas pelas ações de higienização.

Tal atividade evidentemente causou rebuliço na cidade e perturbou a vida de milhares de pessoas, em especial os proprietários das casas desapropriadas para demolição, os proprietários de casas de cômodo e cortiços anti-higiênicos, obrigados a reformá-los ou demoli-los, e os inquilinos forçados a receber os empregados de saúde pública, a sair de casa para desinfecções, ou mesmo a abandonar a habitação quando condenada a demolição. Além disso, Pereira Passos, na ânsia de fazer da cidade suja, pobre e caótica, réplica tropical da Paris reformada por Haussmann, baixara várias posturas que também interferiram no cotidiano dos cariocas, especialmente dos mendigos e ambulantes. Proibiu cães vadios e vacas leiteiras nas ruas; mandou recolher a asilos os mendigos; proibiu a cultura de hortas e capinzais, a criação de suínos [...] mandou também que não se cuspsse nas ruas e nos veículos, que não se urinasse fora dos mictórios (MURILO DE CARVALHO, 2009, p. 95)

É plausível supormos que a reforma sanitária, como as outras reformas, também ocorreu de maneira truculenta: os agentes de saúde andavam escoltados por policiais; tinham autorização do governo para entrar em qualquer recinto; podiam interditar e decidir pela demolição de casas; e Oswaldo Cruz, assim como Pereira Passos e Lauro Muller, teve imunidade jurídica durante a higienização da cidade. Além do mais, as posturas de Pereira Passos agravavam ainda mais a insatisfação da população, que, depois da visita das brigadas de saúde, poderia ser despejada de seus lares sem direito a indenização.

Além disso, o diálogo que João do Rio nos apresenta entre um ratoeiro e uma moradora de uma estalagem revela que as pessoas atingidas pelas medidas de higienização não acreditavam no discurso do governo para justificar tais ações: “Eu cá não caio na história de micróbio no pelo do rato”, reclama a moradora. No seio desse sentimento de indignação, temor e desconfiança em relação à reforma sanitária, surgiu um terreno fértil para a aparição dessa pequena profissão exótica denominada ratoeiro ou agente de ratos. Como era exercida por pessoas tão humildes quanto os moradores dos cortiços e estalagens, os agentes de ratos eram uma alternativa de maior credibilidade com a população pobre. Ademais, esse profissional era contratado; ao contrário das brigadas de saúde, ele não tinha poder para invadir as casas e, à força, tomar as medidas necessárias.

O interessante é que o surgimento dos ratoeiros revela um comportamento ambíguo da população pobre em relação ao processo de modernização que transcorria no Rio de Janeiro: ao mesmo tempo que se valia do discurso do governo para exercer seu ofício, não acreditava nas idéias que andavam junto com a modernização da cidade.

De um lado, esses trabalhadores informais aproveitavam as idéias de modernização da saúde para criar o emprego de ratoeiro: no Rio oficial, o intuito de erradicar a peste bubônica levou as equipes de Oswaldo Cruz a exterminarem ratos e pulgas; no Rio informal, os ratoeiros desempenhavam o mesmo trabalho, porém, descrentes na justificativa relacionada à saúde pública. Aquele diálogo exposto anteriormente, entre uma habitante duma estalagem e um ratoeiro, revela a descrença dos desses trabalhadores na justificativa do Estado para a exterminação dos ratos: quando a mulher afirma que não acredita que haja micróbios nos pelos dos ratos, o agente de rato concorda sem hesitar.

A ânsia pela modernidade a qualquer preço teve impacto diverso nas classes baixas do Rio de Janeiro, criando as pequenas profissões exóticas no mercado informal, que sustentavam e eram sustentadas pelo Rio oficial. De certo modo, os pobres participavam da modernidade carioca pelo subterrâneo. Na superfície, tinham sua participação vetada. No final de 1904, quando foi inaugurada a Avenida Central, “as pessoas que não pudessem se trajar decentemente, o que implicava para os homens, calçados, meias, camisa, colarinho, casaco e chapéu, tinham seu acesso proibido ao centro da cidade.” (SEVCENKO, 2009, p. 26). De qualquer forma, a metade desfavorecida da população, no fundo, não partilhava das idéias que desencadearam a Regeneração do Rio de Janeiro. Tais idéias só eram exploradas quando convinhavam à sobrevivência, por exemplo, para ganhar dinheiro exterminando ratos ou passando gato por lebre aos restaurantes chiques – tudo isso sob a vista grossa do Rio oficial.

Por fim, havia ainda a profissão exótica dos selistas, cujo caso é tão elucidativa quanto as anteriores. Novamente, quem apresenta esse ofício para João do Rio é Eduardo:

Os selistas não são os mais esquadrinhadores, os agentes sem lucro do desfalque para o cofre público e da falsificação para o burguês incauto. Passam os dias perto das charutarias pesquisando as sarjetas e as calçadas à cata de selos de maços de cigarro e selos com anéis e os rótulos de charutos. Um cento de selos em perfeito estado vende-se por duzentos réis. Os das carteiras de cigarro têm mais um tostão. Os anéis de charutos servem para vender uma marca por outra nas charutarias e são pagos cem por duzentos réis. Imagina uns cem selistas à cata de selos intactos das carteirinhas e dos charutos; avalia em cinco por cento os selos perfeitos de todos os maços de cigarros e de todos os charutos comprados neste país de fumantes; e calcula, depois deste pequeno trabalho de estatística, em quanto é defraudada a

Fazenda nacional diariamente só por uma das pequenas profissões ignoradas... (DO RIO, 2008, p. 58)

Este excerto é de uma lucidez extraordinária. Primeiro, aponta para uma relação de cumplicidade, como a dos gatoeiros com os donos de restaurantes, através da qual o Rio informal e o Rio oficial se retroalimentam mutuamente. Além disso, revela como o Rio atrasado embargava a modernização da cidade – apesar do primeiro ser indispensável para o funcionamento da modernidade à brasileira. Esse embargo fica evidente quando Eduardo pede para o cronista calcular o desfalque que a profissão de selista causa na Fazenda. Vale lembrar que o prejuízo aos cofres públicos provavelmente era bem maior do que supunha o interlocutor de João do Rio, pois, como já foi citado anteriormente, cerca de 17% da população economicamente ativa se dedicava a esse tipo de trabalho informal. Por outro lado, essa modernidade – esvaziada no sentido prático das idéias, sem base sócio-econômica desenvolvida – mantinha metade da população na miséria herdada do período colonial.

A vida ideológica carioca acontecia sobre esse círculo vicioso, alheia à política de favores que envolvia a elite e os cidadãos de classe média, alheia às relações entre o Rio oficial e o Rio informal, nas quais o favor se confundia com o comércio, e que comumente ficavam no limiar da desonestidade.

Por último, é interessante perceber que João do Rio – que também participava da vida ideológica – lança sobre a realidade brasileira um olhar polivalente: ora, enxerga a realidade carioca sob um prisma europeizante, por exemplo, quando aproxima a miséria brasileira à miséria dos países desenvolvidos; ora, consegue enxergá-la com lucidez exemplar, por exemplo, quando se dá conta do círculo vicioso entre o Rio moderno, oficial, e o Rio atrasado, pobre.

5. O consumo e os limites da modernidade

A modernidade carioca interagiu com a pobreza herdada do período colonial, pois, na falta das condições materiais para viabilizar um mundo moderno, o Rio oficial precisava articular certas artimanhas com o Rio informal para sustentar a aparência moderna da cidade e da sociedade. Surge daí uma relação bilateral, de interdependência, que muitas vezes se situa no limiar entre o legal e o ilegal. As pequenas profissões exóticas, abordadas no capítulo anterior, ilustram bem essa relação, através da qual os

excluídos da modernidade entram nas lojas chiques, nos restaurantes refinados, nas charutarias, nos cafés, pela porta de serviços.

As camadas menos abastadas da população não usufruíam do Rio de Janeiro afrancesado que se erguia na gestão do prefeito Pereira Passos, onde as ruelas antigas se transformavam em bulevares, onde as lojas de artigos luxuosos e importados se multiplicavam, onde os restaurantes serviam pratos da gastronomia parisiense, onde a alta sociedade desfilava com seus trajes e comportamentos europeizados. Os pobres estavam distantes desse mundo, não só por causa da carência econômica, mas também por fatores sociais e simbólicos.

[Com a reforma urbana] Abriu-se espaço para o mundo elegante que antes ficava restrito aos bairros chiques, como Botafogo, e se espremia na Rua do Ouvidor. O *footing* passou a ser feito nos 33 metros de largura da Avenida Central, quando não se preferia um passeio de carro pela Avenida Beira-Mar. No Rio reformado circulava o mundo *belle époque* fascinado com a Europa, envergonhado do Brasil, em particular do Brasil pobre e do Brasil negro. (MURILO DE CARVALHO, 2009, p. 41)

O Rio oficial tinha vergonha do Brasil pobre e negro, o que, somado com o fascínio pela *belle époque* parisiense, exigia a criação de mecanismos de distinção social, porque, assim, seria possível separar o Brasil pobre e negro do Brasil afrancesado. Muitas pessoas humildes tiveram seu acesso à Cidade Nova vetado pelas autoridades, porque, não estavam vestidas adequadamente, ou porque não conseguiram comprovar renda ou emprego. Contudo, o maior mecanismo de distinção social se manifestou no consumo de artigos de luxo, pois, o ato de comprar produtos finos envolvia a dimensão econômica, social e simbólica.

No Rio de Janeiro, desde a década de 1890, a elite e a classe média se esforçavam para assimilar os valores burgueses dos países desenvolvidos. No começo do século XX, já florescia uma mentalidade capitalista liberal, que mesmo tendo distorções estranhas, favoreciam o consumismo. Sevckenko, comentando uma crônica de Machado de Assis, relaciona uma cadeia de eventos

que, a partir da Guerra do Paraguai, provocaram a desestabilização do Império, a criação da oposição republicana, o golpe de 1889, a alteração da ordem econômica e financeira, a irrupção maciça de capitais, sobretudo ingleses e norte-americanos no país, a bandalheira especulativa do Encilhamento e a modernização acelerada e a qualquer custo do país. (SEVCENKO, 2009, p. 532)

Em seguida, o historiador fala que a conseqüência dessa sucessão de eventos foi o surgimento de uma

atmosfera de fervor pelo enriquecimento ilícito, quanto mais rápido mais admirável, que reformulou os quadros de valores da venerada Corte imperial, impondo a febre aquisitiva, a fraude escancarada e a exibição ostensiva do luxo como os ideais mais elevados de uma nova horda de arrivistas. (SEVCENKO, 2009, p.532)

Assim, na virada do século XIX para o XX, já havia um novo grupo figurando entre as classes mais elevadas, o que não cansava de impressionar velhos monarquistas:

O visconde de Taunay comentou espantado o espetáculo inusitado da “queima de fortunas seculares” que, num curto intervalo de tempo, foram transferidas para as mãos de “um mundo de desconhecidos”, devotados em sua sanha “à sede do ouro, à sede da riqueza, à sofreguidão do luxo, da posse, do desperdício, da ostentação, do triunfo”. (SEVECENKO, 2009, p.533)

As observações de Taunay apontam para uma mudança na configuração da elite. Na capital federal, essa nova elite – aburguesada – enriquecia para participar da *belle époque* carioca, para comprar os produtos importados da Europa, para passear pela Avenida Central trajando a moda de Paris, para comer a comida européia nos restaurantes e cafés da Cidade Nova, para freqüentar os espetáculos montados por artistas parisienses, para viajar a capital francesa... enfim, para mostrar que também era um cidadão civilizado e moderno, não a gentilha bárbara dos cortiços e dos morros. Assim, o consumo se transformou numa variação da “cerimônia de superioridade social”, para usar as palavras já citadas de Schwarz, quando se refere à vida ideológica brasileira. Era como se o consumo fosse uma extensão da vida ideológica europeizada: além de participar do mundo europeu através da repetição das idéias modernas, também se mostrava a participação no mundo europeu através da ostentação de bens materiais importados, luxuosos, em voga no Velho Mundo.

Nesse contexto, os intelectuais, escritores e jornalistas brasileiros tiveram papel fundamental, introduzindo no Brasil os modismos importados principalmente de Paris. O próprio João do Rio – que também escrevia para revistas mundanas – emplacou alguns maneirismos, parisienses e ingleses, na sociedade carioca. O gosto da elite carioca se baseava muito nos jornais e revistas da época. Mas,

o gosto não se referia a nenhum padrão estético ou estável de excelência, típico de uma sociedade aristocrática, mas ao empenho dos recém-chegados às benesses do consumo em se diferenciar e distanciar dos menos afortunados

e dos despossuídos [...] O que passa por gosto é na verdade a moda, que deve mudar sempre para impedir a emulação e, por meio dela, qualquer indesejável identificação. (SEVCENKO, 2009, p. 538)

É nesse sentido que a moda, norteando o consumo, criou um valor simbólico e social para as mercadorias importadas, além do valor econômico. No Rio de Janeiro, o consumo dos itens em voga na Europa, sobretudo Paris, ao mesmo tempo que distinguia socialmente a elite do vulgo, também a iludia com impressão de estar participando do mundo moderno europeu. Junto com a moda e o consumo, claro, vinham os hábitos e os comportamentos. Tudo isso formava a cerimônia de superioridade social: uma maneira de estar na moderna Europa, sem tirar os refinados pés do solo nacional. Vale ainda observar que a mudança constante da moda serve “para impedir a emulação” das classes baixas. Isso traz como consequência um movimento contínuo de mudança, de troca de perfil, sem que haja formação interna do gosto, para rotina de imitação do gosto francês e de abandono da última moda.

Assim, na continuidade deste capítulo, pretendo abordar a questão do consumo no Rio oficial e, principalmente, de que maneira atuava como cerimônia de superioridade social, distinguindo e afastando a elite carioca do vulgo. Em suma, pretendo estudar como o consumo marcava claramente a fronteira entre o Rio oficial, moderno, e o rio informal, atrasado, de modo que o consumo – ou a ausência dele – impedia a participação dos pobres na modernidade.

João do Rio escreveu sobre o aspecto social dos bens luxuosos na crônica *As Mariposas do Luxo* (originalmente, publicada na edição de 23 de março de 1907 da *Gazeta de Notícias*), na qual descreve o comportamento das mulheres operárias que, no final do dia, ao voltar do trabalho pela Rua do Ouvidor, onde se enfileiravam lojas refinadas, se deslumbravam com os produtos expostos nas vitrines.

Ao longo do texto, o cronista ambienta a cena, descrevendo detalhadamente tanto a simplicidade das transeuntes quanto a garbosidade da Rua do Ouvidor. Nesse movimento, João do Rio cria uma tensão entre o luxo dos artigos expostos nas vitrines e os trajés e modos das jovens pobres – o que acentua a distância entre o Rio moderno e o Rio atrasado.

[As transeuntes pobres] Param diante das vitrines de uma grande casa de modas. As montras estão todas de branco, de rosa, de azul; desdobram-se

numa sinfonia de cores suaves e claras, dessas cores que alegram a alma. E os tecidos são todos leves – irlandas, *guipures*, *pongées*, rendas. Duas bonecas de tamanho natural – as deusas do “Chiffon” nos altares da frivolidade – vestem com uma elegância sem par; uma de branco, *robe Empire* ; outra de rosa, com um chapéu cuja pluma negra deve custar duzentos mil réis. (DO RIO, 2008, p.156-157)

A julgar pelo preço da pluma que enfeita o chapéu de uma das manequins, o preço das roupas vendidas nessa loja deveria ser exorbitante, acessível apenas à elite carioca². Também é importante notar como a descrição das mercadorias, carregada de adjetivos, transmite algo como um poder de encantamento daquelas peças luxuosas – todas se “desdobrando numa sinfonia de cores suaves e claras, dessas cores que alegram a alma.” Além disso, o conhecimento sobre a variedade de tecidos, o corte das roupas e a estimativa de valores sugerem que o cronista era realmente *expert* em moda. Como se sabe, ele próprio cultuava a aparência, assim como Wilde, o que aparece quando se refere às vitrines como “altares da frivolidade”. Ora, apesar de identificar futilidade naquela atmosfera mundana, mostra-se um profundo conhecedor do universo da moda luxuosa, importada da Europa.

João do Rio também identifica a frivolidade da aparência nas frequentadoras habituais da Rua do Ouvidor – as mulheres ricas da alta sociedade que, durante o dia, quando as operárias ainda estão no emprego, fazem compras nas lojas chiques e desfilam com seus trajes afrancesados. As mulheres pobres sempre passam naquela rua pelas seis horas da tarde, quando

já passaram as *professional beauties*, cujos nomes os jornais citam; já voltaram da sua hora de costureiro ou de joalheiro as damas de alto tom; e os nomes condecorados das Finanças e os condes do Vaticano e os rapazes elegantes e os deliciosos vestidos claros airosoamente ondulantes já se sumiram, levados pelos “autos”, pelas parelhas fidalgas, pelos bondes burgueses. (DO RIO, 2008, p. 154)

Em oposição ao garbo das lojas, dos artigos luxuosos e das mulheres de *professional beauty*, o cronista descreve a aparência das operárias:

² No exemplar da *Gazeta de Notícias*, há alguns anúncios que permitem dimensionar o valor da pluma almejada. Um bilhete de loteria da Capital Federal era 8 mil réis. Para um espetáculo, *Confeitaria de Castelões*, os preços iam de 50 mil reis, camarote mais caro, a 5mil reis, galeria nobre e 2mil reis, gerais. O vidro de *Creosotal*, remédio para doenças respiratórias, custava 3 mil reis. Pelo comparativo, pode-se perceber a exorbitância dos 200 mil reis por um objeto delicado, trivial, com que João do Rio enfatiza a inutilidade da pena e seu alto custo. (Cf. memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_04&pasta=ano%20190&pesq=mariposas%20de%20luxo)

A mocidade [das transeuntes pobres, todas mestiças] dá-lhes a elasticidade dos gestos, o jeito bonito de andar e essa beleza passageira que chamam – do diabo. Os vestidos são pobres: saias escuras, sempre as mesmas; blusa de chitinha rala. Nos dias de chuva, um parágua e um indefectível pelerine. Mas essa miséria é limpa, escovada. As botas rebrilham, a saia não tem uma poeira, as mãos foram cuidadas. Há nos lóbulos de algumas orelhas brincos simples, fechando as blusas lavadinhas, broches “montana”, de onde escorre o fio de uma *chatelaine* [corrente da qual se penduram dices e jóias]. (DO RIO, 2008, p. 155-156)

Apesar de escrever que a beleza daquelas moças é a que chamam “do diabo” – ao contrário da beleza profissional das mulheres que compram na Rua do Ouvidor – há alguma delicadeza na descrição joãoriodeana, o que se cristaliza nos adjetivos no diminutivo. Entretanto, a delicadeza não omite a pobreza estampada nas roupas daquelas mulheres operárias: sempre as mesmas saias, “blusa de chitinha rala.” Ademais, a caracterização suave da pobreza daquelas transeuntes tem um motivo: o cronista quer aproximá-las da Cinderela dos contos de fadas, pois, seria necessário um príncipe encantado para que as maravilhas daquelas vitrines se tornassem acessíveis para elas. O próprio João do Rio se pergunta: “Onde estará o Príncipe Encantador?” (2008, p. 159). Além disso, a atmosfera de conto de fadas aponta para a dimensão simbólica do consumo dos artigos de luxo, para a esfera augusta onde se situam as madames que vestem aquelas roupas e jóias caríssimas. O interessante é que, embora não participassem, as classes pobres também tinham consciência da cerimônia de superioridade social que envolvia o consumo daquelas mercadorias.

Assim, talvez sem perceber a força da imagem, João do Rio mostra como a mercadoria apaga a dimensão material do trabalho, seu valor real. Resta o fetiche, o brilho mágico com que a mercadoria ganha a aura de um objeto encantando, como se tivesse saído de um conto de fadas. Esse brilho põe as mulheres da elite, que têm a acesso a eles num patamar superior, inacessível aquelas mulheres. Apenas um salto mágico, um príncipe encantado, poderia retirá-las de seu mundo e leva-las para uma esfera superior. A ideologia liberal do mérito, do trabalho, da conquista pelo esforço pessoal sucumbem na separação abissal entre as classes.

Contudo, do ponto de vista social, esse procedimento cerimonial tinha justamente a função de distinguir as mulheres ricas daquelas mulheres operárias. Tal função social salta aos olhos numa cena descrita pelo cronista na mesma crônica, na qual as mariposas do luxo estão admirando uma vitrine, onde alguns artigos de

porcelana estão expostos sobre um tapete exótico. As operárias nunca tinham visto uma tapeçaria como aquela, por isso, uma delas toma coragem e pergunta para o atendente da loja sobre o tapete.

A mais pequena lembra perguntar ao caixeiro, muito importante, à porta. As outras tremem.

– Não vá dar uma resposta má...

– Que tem?

Hesita, sorri, indaga:

– O senhor faz favor de dizer... Aqueles tapetes?...

O caixeiro ergue os olhos irônicos.

– Bonitos, não é? São de cauda de avestruz. Foram precisos quarenta avestruzes para fazer o menor. A senhora deseja comprar?

Comprar! Não ter dinheiro para aquele tapete extravagante parece-lhes ao mesmo tempo humilhante e engraçado.

– Não, senhor, foi só para saber. Desculpe...

(DO RIO, 2008, p. 157-158)

Neste diálogo, fica evidente até onde aquelas mulheres pobres podiam ir; fica evidente a fronteira entre o Rio moderno e o Rio colonial, o Rio elitizado e o Rio pobre, o Rio oficial e o Rio informal. À gente como elas, não era permitido mais do que orbitar aquele mundo europeizado e moderno. Tanto que, diante da ousadia da moça em perguntar do que era feito aquele tapete exótico, o vendedor se vale da ironia para marcar o limite da relação dos dois. Afinal, a clientela da Rua do Ouvidor queria justamente se distinguir desse tipo de pessoas – pobres, brasileiros, mulatos, atrasados. Assim, se nos bastidores, a modernidade carioca interagiu com a pobreza herdada da colônia, no palco da Cidade Nova, fazia questão de marcar os limites e as diferenças esses dois mundos.

Por fim, não deixa de ser irônico que quem tenha percebido isso seja João do Rio, que participava da modernidade carioca, inclusive com uma influência considerável sobre os rumos da moda carioca. Entretanto, são esses paradoxos que tornam a análise da obra do cronista tão profícua.

6. Considerações finais

A modernidade carioca teve origem primeiramente no plano das idéias. O ideário burguês liberal dos países europeus fora incorporado por aquelas pessoas que participavam da vida ideológica brasileira, porém, de maneira esvaziada e distorcida, sem o objetivo transformar a realidade. As idéias modernas européias ganharam um sentido bastante particular no Rio de Janeiro: partilhar das idéias européias significava

participar do mundo “civilizado” da Europa; a partilha dessas idéias era um mecanismo de distinção social, a “cerimônia de superioridade social”.

Nesse sentido, a reforma urbana na capital federal ocorreu na mesma direção: para dar uma imagem moderna à cidade, sem, no entanto, resolver o problema da miséria de mais da metade da população. Na verdade, a reurbanização tinha objetivos diversos: tornar a cidade atrativa para os estrangeiros; fornecer um cenário adequado para as idéias da burguesia liberal da Europa, que aqui eram repetidas de maneira esvaziada e, em alguns casos, com distorções beirando a bizarrice. Ao fim da Regeneração, a Cidade Nova se tornou o lugar ideal para exercitar a europeização: podia-se debater as idéias burguesas nos cafés; podia-se agir como se estivesse em Paris; podia-se ostentar os luxuosos artigos importados; podia-se comprar um sortilégio de produtos de luxo em voga na moda parisiense; podia-se saborear a gastronomia parisiense nos restaurantes finos. Aí, se insinuava o Rio oficial, moderno, elitizado.

Por outro lado, a pobreza de mais da metade da população continuou existindo. A diferença é que, sendo expulsa do centro da cidade, agora habitavam as regiões que circunscriviam a região central, como os morros, os bairros mais afastados. Em alguns casos, conseguiram permanecer em alguma área intocada do Centro. De qualquer forma, essa gente miserável sobrevivia como podia, seja fazendo trambiques, jogando, roubando, mendigando, ou exercendo as profissões exóticas de que falava João do Rio. Esse era o Rio informal, herdado do período colonial, empobrecido.

Contudo, esses dois mundos interagiam o tempo todo, numa relação ora conflituosa, por exemplo, quando as autoridades perseguiram os pobres ou vetavam seu acesso a Cidade Nova; ora de auxílio mútuo, por exemplo, quando os gatoeiros vendiam carne de gato aos restaurantes chiques, que a serviam como se fosse de coelho, porque, em Paris a carne de coelho era considerada uma iguaria. A intersecção entre esses dois universos foi o foco deste estudo, no qual tentei demonstrar como o *trabalho* gerava relações que articulavam o Rio oficial com o Rio informal; enquanto os hábitos de *consumo* impunham limites quase intransponíveis entre os dois Rios.

A modernidade tupiniquim – cujo símbolo máximo era o Rio de Janeiro reurbanizado aos moldes de Paris – carecia das condições materiais que tornaram viável

a modernização de países como a Inglaterra, a Alemanha e, claro, a França. Aqui, a industrialização era precária e diminuta; o comércio, pequeno e desorganizado; o trabalho formal se assemelhava ao regime escravista; quase todas as manufaturas eram importadas. Para suprir essa carência, o Rio oficial e o Rio informal trabalhavam juntos – no limiar da desonestidade – para manter a pompa da cidade europeizada. Nesses casos, as relações de trabalho faziam a ponte entre a Cidade Nova e os morros. Por exemplo, no caso dos selistas, que recolhiam os selos anélicos de charutos importados jogados no chão, para depois vendê-los para as fábricas de charutos nacionais, que colocavam os tais anéis nos seus charutos, para vendê-los como se fossem importados.

Os hábitos de consumo, ao contrário das relações de trabalho, marcavam os limites que separavam o Rio moderno do Rio arcaico. Isso porque, dependendo do tipo de produtos que eram consumidos, manifestavam a posição social dos consumidores. Assim, como já foi dito anteriormente, o consumo de artigos de luxo, importados, era também uma manifestação da cerimônia de superioridade social. Isso fica claro quando João do Rio se refere às mulheres de alto tom, que desfilavam pela Rua do Ouvidor com seus trajes parisienses e modos afrancesados, em contraposição às mulheres pobres, a quem não era possível mais do que admirar as vitrines.

Diante de tais observações, João do Rio se mostrou bastante adequado como ponto de vista contemporâneo do período estudado, pois tanto a sua obra quanto a figura joãoriodeana, já expressam algumas contradições da modernidade brasileira. O jeito *snob*, *dândi*, *flâneur* do cronista são representativos do comportamento europeizado que permeava o Rio moderno: parte “notória” da sociedade carioca aderiu às modas e pensamentos do Velho Mundo com uma sofreguidão tão grande que, por vezes, beirava a extravagância do *dândi*. Quer dizer, João do Rio também se incluía nesse ímpeto europeizante, também partilhava da euforia causada pela modernização da cidade. Entretanto, não se limitava à vida na Cidade Nova.

O cronista também circulava pelos morros, ruelas, cortiços, periferia, enfim, pela cidade que a elite carioca se esforçava para esquecer. Contudo, João do Rio enxerga essa realidade com o um olhar modulado pelas idéias e comportamentos europeus e pelas influências literárias inglesas e francesas, o que gera uma maneira específica de ver o mundo, nem sempre fidedignamente condizente com o que via. Por vezes, o olhar

joãoriodeano busca encontrar as mazelas européias na miséria brasileira, o que não se sustentava, pois a modernidade brasileira carecia das bases materiais indispensáveis à modernização que ocorreu nos países desenvolvidos (industrialização, racionalização do trabalho, etc). Além disso, em algumas crônicas, o autor responsabiliza a legião de miseráveis pelo atraso do país, o que em grande medida expressava a opinião da elite da época; em outras, se compadece dos explorados, esboçando certa inconformidade com a vida difícil da população pobre. Por fim, há momentos – mais raros, porém não menos reveladores – que João do Rio reclama que os brasileiros parem de olhar para a Europa e se voltem para a realidade brasileira, o que indica algum grau de consciência da farsa que se erguia junto com a modernização do Rio.

Enfim, de certo modo, João do Rio era expressão das contradições da modernidade à brasileira. Sua obra expressa a todo momento as contradições entre os dois Rios do início do século XX; expressa as contradições entre a ânsia de ser Europa no meio de uma multidão de miseráveis herdados do período colonial; da vontade de se modernizar a qualquer preço, mesmo que as condições materiais para tal modernização não existam. Aliás, alguns princípios que geraram as anomalias da modernidade naquela época persistem até hoje. Isso fica mais ou menos evidente em grandes eventos internacionais sediados pelo Brasil, por exemplo, a Copa do Mundo de 2014. Para viabilizar tal empreitada, o governo investe em obras faraônicas com objetivos semelhantes aos que Pereira Passos tinha quando promoveu a reforma urbana da antiga capital federal: o melhoramento da imagem do Brasil perante a comunidade internacional, sendo que os benefícios desse “melhoramento” ficam restritos a uma parcela relativamente pequena da população. Além disso, ao executar as obras da Copa, o Estado não se constrange em desalojar comunidades inteiras, expulsando-as de suas casas muitas vezes de maneira truculenta. E, enquanto se investe na construção de estádios tecnologicamente primorosos, alguns assuntos socioeconômicos (saúde, corrupção, educação, etc) continuam pendentes ou parcialmente resolvidos.

Assim, através da análise das contradições da modernidade brasileira na obra *Alma Encantadora das Ruas*, espero ter conseguido demonstrar que a modernidade à brasileira, ao interagir com a miséria herdada da colônia, estabeleceu uma relação

ambígua com ela, o que mantinha a modernização sempre incompleta, ao mesmo tempo que perpetuava a miséria colonial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1997.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**. São Paulo: Edusp, 1996.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Cultrix,

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil 1900**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

DE CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não Foi**. São Paulo: Companhia das Letras. 2009.

DO RIO, João. **A Alma Encantadora das Ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SANSEVERINO, Antonio. **João do Rio: cronista da belle époque carioca**

SCHWARZ, Roberto. **Ao Vencedor as Batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. **A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio**. In: SEVCENKO, Nicolau (org.) **História Privada no Brasil 3 – República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 513-621.

_____ **O Prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso**. In: SEVCENKO, Nicolau (org.) **História Privada no Brasil 3 – República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 7-49

WERNECK SODRÉ, Nelson. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.